



28 DE OUTUBRO DE 2016 Sexta-feira

- CURSO: CONTROLE DA QUALIDADE - SINDIMETAL/PR
- FALTA ÀS INDÚSTRIAS PREPARO PARA EXPLORAR A REVOLUÇÃO DIGITAL
- EMPRESAS PROCURAM MERCADO EXTERNO PARA DRIBLAR A CRISE
- RETOMADA DE ACORDOS COMERCIAIS ENFRENTA OBSTÁCULOS
- BRASIL MUDA POLÍTICA COMERCIAL EM MEIO A ONDA PROTECIONISTA GLOBAL
- REPATRIAÇÃO JÁ RENDEU R\$ 40,1 BILHÕES AO GOVERNO
- PROTECIONISMO NO BRASIL NÃO É MAIS SUSTENTÁVEL, DIZ ESPECIALISTA
- ISOLADO, BRASIL BUSCA INTEGRAÇÃO EM MEIO A PROTECIONISMO GLOBAL
- TENDÊNCIA DE QUEDA NOS JUROS AFETA ESTRATÉGIA DE INVESTIMENTOS
- PARANÁ TEM NOVE CIDADES ENTRE AS 100 MELHORES DO PAÍS PARA FAZER NEGÓCIOS
- REFORMA DA PREVIDÊNCIA PODE ACABAR COM CORREÇÃO DE BENEFÍCIOS PELO MÍNIMO
- PLANEJAMENTO: PAÍS SÓ CONSEGUIRÁ VOLTAR AO EQUILÍBRIO ORÇAMENTÁRIO EM 2019
- FORD AVALIA QUE ECONOMIA BRASILEIRA MOSTRA SINAIS DE QUE CHEGOU AO FUNDO DO POÇO
- STF DEIXA EM ABERTO SITUAÇÃO DE QUEM JÁ TEM DESAPOSENTAÇÃO
- TRAJETÓRIA DE DÉFICIT DA PREVIDÊNCIA TEM SE ACENTUADO, DIZ SECRETÁRIA DO TESOURO
- 13º SALÁRIO VAI "DESPEJAR" MAIS DE R\$ 10 BILHÕES NO PARANÁ
- USIMINAS TEM PREJUÍZO DE R\$107 MI NO 3º TRIMESTRE
- CONTAS DO GOVERNO FECHARAM SETEMBRO COM O PIOR RESULTADO DA HISTÓRIA
- RECESSÃO FEZ ENCOLHER POPULAÇÃO OCUPADA A 89 MILHÕES DE PESSOAS
- BNDES DIZ ESTAR ABERTO A MUDANÇAS NA SÓCIA JBS
- PAGAMENTO DO 13º SALÁRIO VAI INJETAR R\$ 197 BILHÕES NA ECONOMIA, DIZ DIEESE
- PARA BRASIL VOLTAR A CRESCER, GOVERNO TEM QUE FAZER DEVER DE CASA, DIZ MEIRELLES

- WEG VÊ INVESTIMENTO INDUSTRIAL SE RECUPERANDO NO PRÓXIMO ANO
- NOVA LEI DIMINUI RISCOS PARA INVESTIDOR-ANJO EM CASO DE FRACASSO DE START-UP
- PARCERIAS COM EMPRESAS MELHORAM GOVERNANÇA, DIZ CHEFE DA PETROBRAS
- TEMER IRONIZA PROTESTO E SUGERE QUE OFEREÇAM EMPREGO A MANIFESTANTES
- CONTRIBUINTE TEM ATÉ SEGUNDA-FEIRA PARA ADERIR AO REGIME ESPECIAL DE REGULARIZAÇÃO CAMBIAL E TRIBUTÁRIA
- SANCIONADO NOVO LIMITE PARA ENQUADRAMENTO NO SIMPLES NACIONAL
- NISSAN MANOBRA CONTRA NOVA COLISÃO À IMAGEM
- FATURAMENTO DA PSA CAI 2,2% NOS NOVE MESES DO ANO
- PEUGEOT TRAZ ELÉTRICO FRACTAL AO SALÃO
- TÉCNICA REDUZ ÓLEO NECESSÁRIO PARA MOTORES DE CARRO
- 94% DOS EMPREENDEDORES FARIAM TUDO DE NOVO
- GENERAL ELECTRIC NEGOCIA A COMPRA DA BAKER HUGHES, DIZEM FONTES
- ENTIDADES PEDEM NOVO REFIS PARA SALVAR PEQUENAS EMPRESAS COM DÍVIDA
- TEMER ABRE BRECHA PARA UMA REFORMA TRABALHISTA FATIADA
- SIDERÚRGICAS DA AL PEDEM NÃO RECONHECIMENTO DA CHINA COMO ECONOMIA DE MERCADO
- VALLOUREC INVESTE ATÉ R\$ 200 MILHÕES NA USINA DE JECEABA
- VALE TEM LUCRO DE R\$1,84 BI COM ALTA NO PREÇO DO MINÉRIO DE FERRO
- USINAS VEEM RETOMADA NO CONSUMO DE AÇO EM 2017

CÂMBIO		
EM 28/10/2016		
	Compra	Venda
Dólar	3,174	3,175
Euro	3,468	3,469

Fonte: BACEN

Curso: Controle da Qualidade - SINDIMETAL/PR

28/10/2016 – Sindimetal/PR

Curso Controle da Qualidade

Data: 10 e 11 de novembro de 2016

Local: SINDIMETAL/PR - Rua Ângelo
Greca, 70 - Atuba - Curitiba

Horário: Das 8h30 às 17h30



Conteúdo Programático:

- ✓ Conceito de qualidade;
- ✓ Equipe de qualidade;
- ✓ Funções da equipe de qualidade;
- ✓ Ciclo PDCA;
- ✓ Área de inspeção;
- ✓ Defeitos X Não conformidades;
- ✓ Especificações internas, com níveis de tolerância aceitável;
- ✓ Brainstorming para solução de problemas;
- ✓ Relatório de não conformidades;
- ✓ Plano de Ação;
- ✓ Indicadores de qualidade.

Investimento:

- Associados do SINDIMETAL/PR: *R\$ 150,00
 - Empresas Filiadas: *R\$ 210,00
 - Outros: R\$ 300,00
- * Mesmos valores para empresas associadas/filiadas de sindicatos parceiros.

Faça **AQUI** a sua inscrição.

INSCRIÇÕES ATÉ O DIA 04 /11/2016



Outras informações poderão ser obtidas no SINDIMETAL/PR, através do telefone (41) 3218-3935, ou e-mail sindimetal@sindimetal.com.br, com a Sra. Gisele Alves de Santana.



Falta às indústrias preparo para explorar a revolução digital

28/10/2016 – Folha de S. Paulo



Metade das empresas brasileiras não usa ferramentas digitais em suas linhas de produção e quatro em cada dez não conseguem identificar novas tecnologias importantes para seus negócios, aponta estudo da Confederação Nacional da Indústria (CNI).

Para especialistas ouvidos pela Folha, é um sinal preocupante de que o Brasil não está preparado para a nova revolução industrial gerada pela digitalização, o que pode afastar o país ainda mais das cadeias produtivas que movimentam o comércio global.

"Há oportunidades para entrar nessa história pelo andar de cima, com produtos de alto valor agregado, mas falta uma estratégia. Caso contrário, vamos novamente perder o bonde", afirma David Kupfer, professor da UFRJ.

Tecnologias como as impressoras 3D e a internet das coisas prometem interligar a produção da matéria-prima até os consumidores. Se o conceito for levado ao extremo, cada produto só entrará na linha de montagem depois que o cliente comprá-lo pela Internet, o que significa estoque zero para as empresas.

Os produtos também serão feitos com especificações solicitadas pelos consumidores na hora da compra. As novas tecnologias podem permitir que isso ocorra sem que as empresas percam competitividade ou reajustem preços.

"Estamos diante de uma customização em massa da produção. A união desses conceitos, que costumam ser antagônicos, vai trazer flexibilização muito grande para a cadeia produtiva", diz João Emilio Gonçalvez, gerente executivo de política da CNI.

Para os especialistas, fatores como mão de obra e escala perdem importância na competitividade das empresas, já que a maior parte do valor dos produtos estará nos serviços agregados.

Hoje, logística e tecnologia da informação já respondem por 37% do valor dos produtos manufaturados exportados, conforme levantamento da OCDE.

Marcos Troyo, diretor do BricLab da Universidade de Columbia, diz que a indústria 4.0 –como vem sendo chamado o conjunto de novas tecnologias– pode significar uma "desglobalização", ou seja, empresas multinacionais trariam suas fábricas de novo para perto do consumidor.

Emilio, da CNI, também acredita que haverá uma readequação das cadeias produtivas globais. Ele afirma que fatores como inovação, regulação e tributos, entre outros, se tornarão ainda mais vitais para a atração de empresas.

"Nas décadas de 80 e 90, América do Sul e África ficaram de fora das cadeias globais, porque não possuem mercados tão grandes ou mão de obra tão barata quanto a Ásia", diz ele. "Com as novas tecnologias, essas regiões podem ter uma nova oportunidade".

Empresas procuram mercado externo para driblar a crise

28/10/2016 – Folha de S. Paulo



Esnobado durante anos pela indústria brasileira, o mercado externo foi a rota de fuga encontrada por muitos empresários para tentar sobreviver à recessão no Brasil.

O principal impulso veio da desvalorização do real no início do ano, que barateou os produtos brasileiros, tornando-os mais competitivos fora do país. Nos últimos meses, porém, a moeda voltou a se fortalecer frente ao dólar, gerando incômodo no setor.

"Eu comecei a pensar em exportar carvão quando o dólar estava por volta de R\$ 4. Também ouvi dizer que o mercado americano estava bom, tendo consumo", afirma Dauro Xavier Júnior, sócio do grupo Viverplan.

Entre o início do planejamento e o primeiro embarque para o exterior, em junho deste ano, passaram-se oito meses, período em que as cotações do dólar voltaram a cair. Para se proteger, Xavier Júnior incluiu no contrato de venda uma cláusula estabelecendo que, se a moeda americana caísse muito, ele teria direito a renegociar o acordo.

Entre empresas que já exportavam, a crise deu impulso a novos investimentos.

A empresa de tecnologia Geave exporta desde 2011. Em 2014, ela decidiu abrir um escritório nos Estados Unidos, diz o sócio Luiz Storino Filho.

"A desvalorização do real nos favoreceu porque já tínhamos uma base de clientes que pagavam em dólar. Nosso troço foi o timing da expansão", afirma Storino.

O plano de abertura da unidade americana começou quando o dólar estava na casa dos R\$ 4,20. Assim, a empresa fez todo o planejamento contando com uma cotação acima dos R\$ 4, o que não se confirmou com o tempo.

"Se eu tivesse guardado em real esse investimento que fiz nos EUA, eu teria ganhado a diferença dessa valorização que o Brasil passou nos últimos meses. O resultado do negócio sofreu porque o investimento foi alto", diz.

Retomada de acordos comerciais enfrenta obstáculos

28/10/2016 – Folha de S. Paulo



O Brasil mudou a direção da política comercial e busca novos acordos de livre comércio para exportar mais. Especialistas ouvidos pela Folha avaliam, no entanto, que o país chega atrasado e enfrentará dificuldades por causa do aumento do protecionismo.

A reorientação começou ainda no fim do governo da ex-presidente Dilma Rousseff (2011-2016), que foi obrigada a rever sua resistência aos acordos bilaterais por causa da grave crise econômica, e se consolidou quando o vice Michel Temer assumiu o poder, depois do impeachment.

Desde então, o Brasil busca avançar num acordo de livre comércio com o México e tenta retomar as negociações com a União Europeia, que já se arrastam há mais de 20 anos. Segundo apurou a reportagem, as discussões avançam mais rápido com os mexicanos e um acordo pode ser selado ainda neste ano, ou logo no início do próximo.

Ao mesmo tempo, o Brasil tem fechado acordos parciais sobre investimentos, compras governamentais e reconhecimento de patentes com diversos parceiros. "É uma postura pragmática, que mostra que pelo menos estamos nos movendo", diz Diego Bonomo, gerente executivo de comércio exterior da Confederação Nacional da Indústria (CNI).

Nos últimos meses, foram assinados sete acordos de proteção de investimentos, com Angola, Chile, Colômbia, Malawi, México, Moçambique e Peru. O Brasil também fechou com os peruanos o primeiro acordo de preferência em compras governamentais.

"O ideal seriam acordos mais amplos, mas o custo de produção do Brasil é muito alto.

Dessa forma, fazemos o que dá menos trabalho e tem efeitos no curto prazo", diz José Augusto de Castro, presidente da Associação de Comércio Exterior do Brasil.

ISOLAMENTO

A nova política comercial tenta romper o isolamento do Brasil. Desde o surgimento do Mercosul em 1991, o país fechou em conjunto com os demais sócios do bloco três acordos de livre comércio: Egito, Israel e Palestina, que representam somente 1,3% das exportações brasileiras.

Durante os governos do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010) e Dilma, o Brasil apostou todas as fichas nas negociações da Rodada Doha da Organização Mundial de Comércio (OMC), que prometiam um grande acordo global, incluindo o fim dos subsídios agrícolas dos países ricos. As divergências entre os participantes, no entanto, sepultaram a rodada.

Enquanto isso, os demais países fecharam centenas de acordos bilaterais. Pelos dados da OMC, hoje existem 423 acordos preferenciais em vigor no mundo. Os EUA têm 15 acordos. A União Europeia, 36. O México, que também é um país em desenvolvimento, já assinou 11 acordos.

CABELO EM PÉ

Para Welber Barral, ex-secretário de Comércio Exterior, a resistência dos demais membros do Mercosul, principalmente a Argentina, e a alta competitividade da agricultura brasileira tornou muito difícil fechar acordos comerciais. "A agricultura brasileira sempre deixou os europeus de cabelo em pé", afirma.

Para os especialistas, o Brasil demorou a entrar no jogo e enfrentará muita dificuldade por causa do recrudescimento do protecionismo provocado pela crise econômica global de 2008, que atingiu em cheio os países mais ricos.

Nos EUA, a abertura comercial se tornou tema de campanha, com a candidata democrata Hillary Clinton sendo atacada por seu rival republicano na corrida à Casa Branca, Donald Trump. Na Europa, a saída do Reino Unido da UE e o aumento do número de refugiados também torna mais difícil novos acordos.

O ministro de Relações Exteriores, José Serra, acredita que o Brasil vai conseguir romper esses obstáculos e aumentar suas exportações. No fórum organizado nesta semana pela Folha com a CNI, Serra disse que a participação do Brasil no comércio exterior é muito pequena e que existem oportunidades para o país ganhar mercado lá fora mesmo em tempos de crise.

Brasil muda política comercial em meio a onda protecionista global

28/10/2016 – Folha de S. Paulo



Com participação muito reduzida no comércio internacional, equivalente a pouco mais de 1% do valor das mercadorias que circulam entre os países, o Brasil resolveu sair em busca de uma nova política comercial num momento delicado, em que muitas oportunidades parecem ter ficado no passado e o mundo enfrenta uma nova onda protecionista.

Especialistas reunidos pela **Folha** num fórum organizado em parceria com a Confederação Nacional da Indústria (CNI) nesta terça-feira (25) concluíram que uma maior integração comercial exige mudanças nas empresas, melhorias na frágil infraestrutura do país e a negociação de acordos que incluam as empresas nas cadeias produtivas globais que hoje movimentam grande parte do comércio internacional.

O governo retomou negociações com o México e a União Europeia, que se arrastam há mais de duas décadas e receberam novo impulso depois que o Brasil afundou na recessão e muitas empresas começaram a buscar no mercado externo compensações

para a retração do consumo doméstico. O governo espera fechar o acordo com o México até o ano que vem.

Com baixa produtividade e sem condições de competir sem empurrão do câmbio, muitas empresas brasileiras têm dificuldades para explorar oportunidades como as criadas pelas novas tecnologias da revolução digital.

O futuro parece mais promissor para o agronegócio brasileiro, que se tornou líder mundial nas exportações de produtos como soja, açúcar e carnes e se prepara para avançar em novos mercados.

Repatriação já rendeu R\$ 40,1 bilhões ao governo

28/10/2016 – Gazeta do Povo



A Receita Federal informou, nesta quinta-feira (27), que o programa de repatriação já assegurou arrecadação de R\$ 40,1 bilhões em Imposto de Renda (IR) aos cofres públicos. Até o início da manhã de hoje, já haviam sido entregues 18.651 declarações de pessoas físicas e 605 declarações de pessoas jurídicas que decidiram regularizar ativos mantidos ilegalmente no exterior. No total, esses bens somam R\$ 133,6 bilhões.

O prazo final para fazer o acerto de contas com a Receita é 31 de outubro. Até lá, o Fisco espera conseguir arrecadar, pelo menos, R\$ 50 bilhões.

Esses recursos são considerados essenciais para o fechamento das contas públicas de 2016. Estados e municípios, que ficarão com uma parte do valor recolhido com o Imposto de Renda, também contam com esses valores para pagar despesas até o final do ano.

Segundo a Receita, o aplicativo para preenchimento da declaração de regularização de ativos (Dercat) está em funcionamento 24 horas. O serviço de recepção será interrompido às 23h59min59s do dia 31.

O programa de repatriação aplica-se aos residentes ou domiciliados no Brasil em 31 de dezembro de 2014 que tenham sido ou ainda sejam proprietários ou titulares de ativos, bens ou direitos em períodos anteriores a essa data.

Protecionismo no Brasil não é mais sustentável, diz especialista

28/10/2016 – Folha de S. Paulo



A separação rígida entre países desenvolvidos e em desenvolvimento nas negociações comerciais multilaterais é uma das barreiras ao avanço de acordos na área de comércio exterior.

A opinião é do economista Robert Lawrence, da Universidade Harvard. Ele ressalta que o recente avanço nas negociações de um acordo sobre mudanças climáticas só ocorreu depois que grandes nações emergentes "pararam de pleitear uma divisão significativa" entre os dois grupos.

"Todos assumiram o compromisso de fazer o máximo possível", afirma Lawrence.

Ele se diz preocupado com as perspectivas de progresso nas negociações comerciais por causa do ambiente político contrário à liberalização nos EUA e na Europa.

Lawrence também afirma que o Brasil "não pode se dar ao luxo" de não participar mais do comércio global, principalmente porque o país não conta mais com um mercado doméstico tão forte, e porque os preços das commodities que ele exporta caíram.

"O nível de proteção alto que é praticado no país não é mais sustentável, agora que outras fontes de crescimento desapareceram", diz ele.

Folha - O que podemos esperar do comércio global?

Robert Lawrence - O sentimento em relação à liberalização comercial está claramente ameaçado pelo que vemos agora nos Estados Unidos e pelo Brexit. No sistema multilateral, temos um impasse na Rodada Doha. Os chineses costumavam apenas montar os produtos, mas agora estão produzindo mais coisas lá. Então há menos comércio. O investimento em bens comercializáveis está desacelerando, e os mercados de commodities estão deprimidos. Portanto, temos perspectivas menores de novos acordos e alguns sinais de aumento do protecionismo.

Por que mudou o sentimento em relação ao comércio global?

Acho que o declínio do emprego na indústria em países avançados foi disfarçado por taxas de crescimento razoáveis por muitos anos. Inicialmente, estávamos muito orgulhosos de não termos reagido à crise financeira global como as pessoas reagiram à Grande Depressão dos anos 1930.

Naquela época, houve aumento do protecionismo.

Na década de 1930, não houve cooperação global. Dessa vez, tivemos a formação do G20. Eles tiveram o fascismo e, inicialmente, parecia que agora não tínhamos essa tendência. Mas o interessante é que algumas dessas coisas estão emergindo. Acho que tivemos uma reação atrasada à crise financeira global.

Essa reação tardia pode ser explicada pela recuperação global lenta?

Exatamente. Embora tenhamos uma recuperação nos Estados Unidos com baixo desemprego, nossa taxa de crescimento é baixa. Portanto, melhoras no padrão de vida têm sido mínimas. Além disso, há aumento da desigualdade e falta de oportunidades na indústria.

O sr. ainda vê chances de que o TPP [acordo de livre comércio entre países banhados pelo oceano Pacífico] seja aprovado nos EUA?

Estou mais otimista. Via uma chance de 30%. Agora, acho que é de 50%. Mas o acordo precisará ser aprovado antes do fim do governo Obama. Se isso não ocorrer e Hillary Clinton for eleita, ela buscará renegociá-lo.

Se Donald Trump for eleito, nos moveremos na direção exatamente contrária. Uma das coisas assustadoras é que, nos EUA, a Constituição dá aos presidentes o poder de tirar o país de qualquer acordo. Portanto, Trump como presidente pode causar muitos distúrbios no sistema comercial.

Como um país como o Brasil, com presença ainda pequena no comércio mundial, deveria agir no contexto atual?

Acho que não pode se dar ao luxo de não participar mais no comércio global. O Brasil se beneficiou em anos recentes por ter um mercado doméstico grande que crescia e demanda por suas exportações muito baseadas em commodities.

No contexto anterior, o fato de o Brasil não ser um grande exportador de manufaturados e não participar das cadeias globais de suprimentos não era tão nocivo. Mas o nível de proteção alto que é praticado no país não é mais sustentável, agora que as outras fontes de crescimento desapareceram.

Também acho que o Brasil tem uma orientação comercial muito global, mas faz poucos negócios com seus vizinhos regionais. Uma parte da América Latina, principalmente os países da Aliança Pacífica, está liberalizando. Mas o Mercosul tem decepcionado.

O sr. ainda vê um papel importante para o G20 [grupo que reúne países emergentes e desenvolvidos]?

Acho que precisamos cooperar globalmente. Então há um papel para esses grupos. Mas estou preocupado porque o que vejo, especialmente nos EUA, é uma relutância em liderar. A menos que vejamos os EUA, a China e outros países emergentes grandes cooperando, as perspectivas para o crescimento global se tornarão muito menores.

Mas não vejo pessimismo em relação à globalização na Ásia. Então acho que os países asiáticos continuarão aumentando sua integração. Embora possam achar que a globalização está morta, a região do Pacífico continuará dinâmica.

A globalização morreu de fato?

Não acho que tenha acabado. Eventualmente, as pressões tecnológicas vão continuar forçando uma maior integração. Mas o ambiente político, especialmente na Europa e nos EUA, não é bom.

Há alguma lição no avanço das negociações climáticas globais para as conversas no âmbito comercial?

Um problema estrutural na OMC é a divisão dos países em desenvolvidos e em desenvolvimento. Na área do clima, tivemos progresso quando os grandes países em desenvolvimento pararam de pleitear uma divisão significativa entre os dois grupos. Com isso, surgiram objetivos comuns, mas responsabilidades diferentes. Todos assumiram o compromisso de fazer o máximo possível.

No sistema comercial, acho que uma das razões pelas quais a Rodada Doha fracassou foi que as economias emergentes, como o Brasil, a China e a Índia, não estavam dispostas a fazer o suficiente. Então, se tornou impossível para os países desenvolvidos assinar o acordo.

Mas, na prática, as coisas já funcionam de uma forma diferente. A Índia, por exemplo, pode praticar uma tarifa média de 50% pelas regras da OMC. Mas está cobrando 12%. Ou seja, a Índia unilateralmente já pratica uma tarifa mais baixa na fronteira.

Então, basicamente, em vez de termos países desenvolvidos fazendo uma coisa e países em desenvolvimento outra, deveríamos ter todos os países fazendo suas melhores ofertas. E, a partir disso, negociaríamos para ver se poderíamos ir além. Foi isso que fizeram com o clima.

-

RAIO -X

Robert Lawrence, 67

Nacionalidade

Sul-africano

Formação

Doutor em Economia na Universidade Yale (EUA)

Cargo

Professor de comércio e investimento em Harvard (EUA)

Carreira

Foi membro do Conselho de Assesores Econômicos do governo Bill Clinton (1999 a 2001).

Isolado, Brasil busca integração em meio a protecionismo global

28/10/2016 – Folha de S. Paulo

O Brasil ficou isolado de boa parte do comércio internacional e agora tenta superar o atraso em meio a uma onda global de protecionismo e desconfiança, concluíram especialistas reunidos num fórum realizado pela **Folha** em parceria com a CNI (Confederação Nacional da Indústria).

Para eles, a integração comercial do país exige esforços dentro das empresas, que precisam se tornar mais competitivas, e passam pela melhoria da infraestrutura do país e por novos acordos que insiram as empresas brasileiras em cadeias produtivas globais.

O Fórum Comércio Exterior foi realizado nesta terça-feira (25) em São Paulo. O caminho, porém, não é fácil: o Brasil é a uma das economias mais fechadas e protecionistas do mundo. O custo Brasil é alto, a produtividade é baixa e, sem o empurrão do câmbio, seus produtos são pouco competitivos lá fora.

Para o professor de Harvard Robert Lawrence, especialista em comércio internacional, a estratégia brasileira deveria começar pela revisão das tarifas impostas às importações, que encarecem insumos e bens intermediários usados pela indústria e dificultam a inserção do país em cadeias produtivas globais.

Melhora da infraestrutura logística, do ambiente regulatório e da administração das fronteiras são as outras medidas prioritárias para o Brasil, na visão de Lawrence.

A questão logística é o nó mais grave para o empresariado brasileiro, segundo pesquisa da CNI, e prejudica a participação do Brasil nessas cadeias globais pautadas no método "just in time", de redução máxima de desperdícios, disse Welber Barral, ex-secretário de comércio exterior.

CUSTO BRASIL

Esses problemas internos, resumidos no chamado "custo Brasil", representam 25% do preço final dos produtos exportados pelo país, de acordo com o ministro das Relações Exteriores, José Serra.

Esse é um argumento frequentemente usado por aqueles contrários à abertura comercial, que afirmam que esses custos impedem a indústria de competir de igual para igual com importados.

Para José Rubens De La Rosa, presidente da Funcex (Fundação Centro de Estudos do Comércio Exterior), esse é um ponto importante e deve ser levado em conta na estratégia de abertura, mas não pode ser um impeditivo dela.

O uso de instrumentos de defesa comercial também precisa ser repensado. "A medida anti-dumping é uma bolha provisória. Com ela, a indústria não compete e o preço para o consumidor final aumenta", disse o presidente da Alpargatas, Márcio Utsch.

Para o ministro da Indústria, Comércio Exterior e Serviços, Marcos Pereira, essa tendência protecionista, nascida com a industrialização brasileira, ainda ecoa no empresariado, mas mais fraca.

A recessão e a necessidade de equilibrar as contas do governo contribuem para a revisão dessa política. "Falar em incentivo na situação que vivemos é um palavrão, sobretudo no Ministério da Fazenda", afirmou Pereira.

"REGLOBALIZAÇÃO"

Se na década de 1990 o processo de globalização parecia irreversível, hoje ele é fortemente questionado.

A decisão do Reino Unido de sair da União Europeia e as críticas a acordos de comércio que permeiam as campanhas tanto de Donald Trump quanto de Hillary Clinton à presidência dos Estados Unidos são exemplos emblemáticos dessa turbulência.

Mas é só uma fase, disse Marcos Troyjo, diretor do BRICLab da Universidade Columbia e colunista da Folha. "Essa nuvem vai se dissipar porque ninguém está se dando bem com isso", afirmou. E o Brasil precisa se preparar para quando isso acontecer.

O crescimento da população na Ásia, por exemplo, é uma boa oportunidade para o agronegócio. Para isso, o país precisa estar atento ao atendimento a padrões ambientais e trabalhistas, tendência nos acordos recentes.

Outro desafio é melhorar a imagem do Brasil no exterior, visto com simpatia mas não como um grande parceiro comercial, disse Roberto Jaguaribe, presidente da Apex-Brasil (Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos).

Tendência de queda nos juros afeta estratégia de investimentos

28/10/2016 – Gazeta do Povo

Previsão de mais cortes na Selic abre novas janelas de ganhos em títulos públicos e privados e na Bolsa de Valores



O prognóstico de queda dos juros se confirmou e o Copom reduziu a Selic para 14% ao ano na última semana. O corte de 0,25 ponto porcentual foi o primeiro em quatro anos e deverá dar sequência a uma série de novas quedas, conforme a previsão do mercado, o que tem um efeito direto sobre a estratégia dos investidores.

Na renda fixa, os títulos do Tesouro atrelados à taxa básica de juros – o Tesouro Selic – tendem a dar menores retornos no longo prazo, mas ainda são uma opção rentável para quem precisa do dinheiro em pouco tempo. Já para aqueles que olham prazos mais longos e não precisam de tanta liquidez, o gerente de investimentos da Concórdia Corretora, Mauro Mattes, afirma que há uma janela de ganhos nos papéis prefixados e no Tesouro IPCA+, as antigas NTN-Bs.

Para ele, a compra dos prefixados será rentável se os juros futuros ficarem abaixo da remuneração contratada pelo investidor. Logo, caso a previsão seja de uma Selic a 11% no fim de 2017, com tendência de queda nos anos seguintes, os títulos que

oferecerem ganhos acima desse percentual são uma opção a ser considerada para estratégias de longo prazo, afirma Mattes.

Já os ativos ligados ao IPCA, que oferecem a correção inflacionária mais um "prêmio" ao término do período contratado, garantem retornos reais – descontada a inflação – de cerca 6%. Com isso, o ganho é maior que o oferecido pelo Tesouro Selic caso os juros fiquem em 11% e a variação de preços fique acima do centro da meta de 4,5% ao ano. "Mas a garantia de maiores ganhos depende da velocidade de corte dos juros", acrescenta o professor de Finanças da FAE Amilton Dalledone Filho.

O analista da Concórdia frisa ainda que os investidores precisam se atentar para a marcação de mercado, que é a variação da remuneração conforme as altas e baixas dos juros futuros. Isso significa que para garantir a remuneração prevista é preciso manter os investimentos até o fim do prazo contratado, o que evita o risco de perda se o dinheiro for sacado antes do prazo.

Segundo Dalledone, uma outra alternativa para estratégias de curto prazo na renda fixa é a aplicação nos Certificados de Depósitos Bancários (CDBs) que ofereçam retornos acima da DI, que é muito próxima da Selic.

Bolsa

A redução da taxa básica dá margem também para maiores ganhos na Bolsa de Valores. Para Mattes, a aprovação da PEC do teto de gastos públicos, que passou em segunda votação nesta semana na Câmara, já está precificada pelo mercado financeiro, o que contribuiu para uma alta na Bovespa, que opera acima dos 64 mil pontos.

"À medida que o governo aprovar e sinalizar uma disposição para as reformas, como a da Previdência, o mercado vê uma janela para ajustes e começa a ver um esboço de um ciclo virtuoso, com os juros caindo, a inflação recuando e a geração de empregos e o crescimento econômico", avalia.

Renda variável

Para os analistas financeiros, os ganhos em renda variável devem ser encarados dentro das estratégias de longo prazo apenas pelos investidores com perfil agressivo e disposição ao risco.

Além das ações, o gerente de investimentos da Concórdia Corretora, Mauro Mattes, vê possibilidade de ganhos nos fundos imobiliários, que são investimentos com maiores chances de retornos, mas que também podem apresentar perdas.

Paraná tem nove cidades entre as 100 melhores do país para fazer negócios

28/10/2016 – Gazeta do Povo

Estudo da Urban Systems elencou os municípios brasileiros que oferecem as melhores condições para empreender e investir



O Paraná tem nove cidades na lista das 100 melhores do país para fazer negócios, segundo estudo elaborado pela consultoria Urban Systems para a Revista Exame. São municípios com índices de desenvolvimento econômico e social superiores à média

nacional e com indicadores elevados de capital humano e infraestrutura. Com isso, conseguem atrair empresas e investidores para as suas regiões.

A cidade paranaense mais bem colocada no ranking é Curitiba. A capital paranaense subiu uma posição ao sair da 12.^a colocação nacional para a 11.^a no estudo divulgado neste ano. Apesar da melhora na colocação, a região perdeu pontos: passou de 12,12 pontos em 2015 para 10,07 em 2016.

A perda de pontuação, porém, é explicada pela recessão econômica. Segundo o estudo, parte dos municípios viu seus pontos cair de 2015 para 2016, apesar da metodologia utilizada ter sido a mesma. O ponto positivo é que, apesar das condições macroeconômicas desfavoráveis, eles têm conseguido atrair investimentos mesmo em meio à crise.

A Região Metropolitana de Curitiba (RMC) também se destacou na pesquisa. Araucária e São José dos Pinhais se mantiveram no ranking das melhores cidades para fazer negócios e Pinhais entrou pela primeira vez. O município de Pinhais foi destaque por criar mais empregos qualificados do que a média nacional e ocupou a 94.^a posição nacional.

Já o interior do Paraná tem cinco representantes no estudo, com Maringá, Londrina e Cascavel ocupando uma das 50 primeiras colocações.

Metodologia

A terceira edição da pesquisa da Urban Systems identificou as 100 cidades brasileiras acima de 100 mil habitantes com as melhores condições para a realização de negócios. Foram analisados 28 indicadores, como PIB per capita, renda média dos trabalhadores, conexão de banda larga e docentes com ensino superior.

O estado de São Paulo teve 40 representantes no ranking, seguido de Santa Catarina (10) e Paraná (9). Somente as regiões Sul e Sudeste concentram três quartos das 100 cidades com as melhores condições para empreender e investir.

Confira a lista completa das nove cidades paranaenses presentes no estudo:

- **Curitiba** - 1.^a colocada estadual; 11.^a nacional
- **Maringá** - 2.^a estadual; 21.^a nacional
- **Londrina** - 3.^a estadual; 25.^a nacional
- **Araucária** - 4.^a estadual; 47.^a nacional
- **Cascavel** - 5.^a estadual; 50.^a nacional
- **São José dos Pinhais** - 6.^a estadual; 51.^a nacional
- **Umuarama** - 7.^a estadual; 74.^a nacional
- **Toledo** - 8.^a estadual; 82.^a nacional
- **Pinhais** - 9.^a estadual; 94.^a nacional

Reforma da Previdência pode acabar com correção de benefícios pelo mínimo

28/10/2016 – Gazeta do Povo



O governo estuda incluir na reforma da Previdência uma regra para acabar com a correção de alguns benefícios pelo salário mínimo. Segundo a edição desta quinta (27) do jornal *Valor Econômico*, o objetivo é reduzir os gastos com os benefícios de

prestação continuada da Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS) e da pensão por morte. Atualmente esses benefícios têm o salário mínimo como piso.

A desvinculação dos benefícios tiraria do sistema previdenciário a obrigação de arcar com as correções acima da inflação implícitas na regra de reajuste do salário mínimo – ela leva em conta a inflação e o crescimento econômico. As aposentadorias não seriam atingidas pela mudança para não gerar uma enxurrada de ações pedindo a inconstitucionalidade da lei.

Os benefícios da LOAS são concedidos a pessoas com mais de 65 anos ou com deficiência em qualquer idade e que comprovem não ter meios para se sustentarem. Eles não são aposentadorias e não exigem a comprovação da contribuição para a Previdência.

A proposta que circula no governo é manter esses benefícios corrigidos apenas pela inflação. A pensão por morte, por sua vez, é um benefício previdenciário, mas seu cálculo depende de fatores como a idade do dependente a renda da pessoa que morreu – o uso do salário mínimo, porém, limita o efeito desses fatores na redução da pensão.

Outra alternativa em estudo é a alteração da regra de correção do mínimo. O modelo atual obriga o governo a dar aumentos acima da inflação para todos os aposentados que recebem o piso quando há crescimento econômico. A equipe da Fazenda está preocupada com os efeitos dessa regra a partir de 2019, quando o mínimo deve voltar a subir mais do que a inflação.

Entre as duas opções, a mudança da regra de correção é a que tem efeito mais amplo. Atingiria todos os aposentados que recebem o mínimo, além dos benefícios assistenciais. Mas é também a fórmula mais impopular.

Planejamento: País só conseguirá voltar ao equilíbrio orçamentário em 2019

28/10/2016 – Tribuna PR

Mesmo com a aprovação da Proposta de Emenda Constitucional (PEC) que limita o crescimento dos gastos públicos e outras ações, o ministro do Planejamento, Dyogo Oliveira, avalia que o Brasil só voltará a ter equilíbrio nas contas públicas em 2019.

Diante da situação, o ministro ressaltou a importância de medidas para o controle das despesas e exaltou a necessidade de aprovação do projeto de lei com igual conteúdo da Medida Provisória 739, que dá respaldo ao pente-fino nos benefícios por incapacidade pagos pela Previdência, cujo texto deve perder a validade na próxima semana.

“Estimamos que só conseguiremos voltar ao equilíbrio orçamentário em 2019. Para 2017 e 2018, nós lamentavelmente teremos de conviver com déficits públicos. Por isso, estamos realizando um amplo programa de revisão das políticas públicas. Um exemplo é a verificação do auxílio-doença”, disse Oliveira.

Esse processo de verificação começou com 10 mil beneficiários e, após esse pente-fino, foram cortados os pagamentos para 8 mil pessoas, disse o ministro. “Isso quer dizer que em 80% não estavam mais em condição de receber o auxílio-doença”.

Oliveira reconhece que esse grande percentual de queda do gasto não deve permanecer com o avanço do programa. “Estimamos que até o final do ano esse percentual deve cair um pouco e ficará em torno de 50%. Essa é uma despesa de R\$ 13 bilhões. Então, a verificação do auxílio-doença pode fazer a despesa cair entre R\$ 6 bilhões e R\$ 7 bilhões”.

A verificação dos auxílios é respaldada legalmente pela MP 739. As negociações para a votação no Congresso, porém, fracassaram e o texto deve perder a validade em 4 de novembro. Por isso, o governo já articula o envio de um projeto de lei com igual conteúdo. Oliveira demonstra otimismo.

“Eu tenho certeza que o projeto de lei será aprovado muito rapidamente no Congresso de modo a não prejudicar o processo. Essa medida tem relevância muito elevada para redução de despesas”, disse o ministro, que está confiante na compreensão dos parlamentares sobre a importância da medida.

Oliveira comentou ainda que, diante da MP que pode perder a validade, não está definido como serão pagos os bônus aos médicos responsáveis pelas perícias necessárias para esse processo de revisão.

Ele comentou apenas que uma possibilidade é que o projeto de lei preveja pagamento retroativo aos médicos que realizaram os exames no período entre o vencimento da MP e o início da nova lei.

Ford avalia que economia brasileira mostra sinais de que chegou ao fundo do poço

28/10/2016 – Tribuna PR

Uma das montadoras que mais perderam mercado no Brasil durante a crise econômica, a Ford afirmou em balanço divulgado nesta quinta-feira, 27, que o terceiro trimestre registrou o menor ritmo de queda na venda de veículos da marca este ano. “A economia do Brasil mostra sinais de que chegou ao fundo do poço”, afirma a empresa no documento.

A Ford não detalha os dados do terceiro trimestre por país, mas, segundo a Federação Nacional de Distribuição de Veículos Automotores (Fenabreve), os emplacamentos de automóveis e comerciais da montadora somaram 50,1 mil unidades nos três meses encerrados em setembro, queda de 24,6% em relação a igual período do ano passado.

No segundo trimestre, o recuo havia sido de 39,6% ante igual trimestre de 2015 e, no primeiro trimestre, de 40,2%, na mesma comparação.

Com as baixas em 2016, a marca tem perdido terreno para outras montadoras. Em 2015, a Ford ocupava o quarto lugar na preferência dos brasileiros, com 10,2% do mercado.

No acumulado de 2016 até setembro, a empresa caiu para a sexta posição, com 8,9% de participação, perdendo espaço para Hyundai e Toyota, ainda de acordo com a Fenabreve.

A empresa reconhece em seu balanço que tem perdido mercado, mas só mostra dados referentes à América do Sul, onde a participação da Ford caiu de 10,2% em 2015 para 9,4% em 2016.

Para a empresa, o mau desempenho do Fiesta no Brasil explica a perda de espaço na região.

Segundo a Fenabreve, as vendas do modelo caíram 63,6% no acumulado de janeiro a setembro, de 32,9 mil unidades em 2015 para 12 mil em 2016.

STF deixa em aberto situação de quem já tem desaposentação

28/10/2016 – Tribuna PR



O Supremo Tribunal Federal (STF) concluiu nesta quinta-feira, 27, o julgamento da desaposentação, que é a possibilidade de recálculo da aposentadoria no caso de volta ao mercado de trabalho. O STF, no entanto, deixou em aberto a situação de quem já conseguiu o benefício maior por meio de decisões de outros tribunais.

Em um julgamento com impacto bilionário nas contas da União, os ministros rejeitaram nesta quarta-feira, 26, por 7 votos a 4 a possibilidade de recálculo da aposentadoria no caso de volta ao mercado de trabalho.

Segundo a presidente do STF, ministra Cármen Lúcia, as dúvidas que eventualmente surgirem com a decisão da Corte poderão ser esclarecidas por meio da apresentação de embargos de declaração, que são um recurso para esclarecimento de algum ponto da decisão considerado contraditório, omissivo ou duvidoso. Para que o recurso seja apresentado, é necessário que a decisão do julgamento seja publicada no “Diário da Justiça”, o que deve ocorrer em até 60 dias.

Na sessão desta quinta-feira, os ministros do STF fixaram a tese do julgamento da desaposentação, que é uma espécie de resumo do entendimento da Corte sobre o tema.

A tese fixada pelo STF é a de que “no âmbito do Regime Geral de Previdência Social (RGPS), somente lei pode criar benefícios e vantagens previdenciárias, não havendo, por ora, previsão legal do direito à ‘desaposentação’, sendo constitucional a regra do artigo 18 parágrafo 2 da lei 8213/91”.

Perplexidade

Segundo o ministro Ricardo Lewandowski, que votou a favor da desaposentação, houve “perplexidade” com o resultado do julgamento por parte de quem já teve o benefício garantido por decisões judiciais.

“Essa é uma matéria sobre a qual o STF não se debruçou, por exemplo, aquelas pessoas que se aposentaram, ou se desaposentaram e obtiveram nova aposentadoria, em face de decisões judiciais transitadas em julgado. Existem algumas questões pendentes”, destacou Lewandowski.

“Eu não sei se conviria ao STF desde logo se pronunciar sobre essa questão ou deixar que elas venham, a partir de casos isolados, possam ser decididos, mas de qualquer maneira apenas queria dizer que essa é uma preocupação e hoje se reflete inclusive nos jornais. Há uma certa perplexidade por parte daqueles que foram, de alguma forma, beneficiados por decisões judiciais garantindo nova aposentadoria”, ressaltou Lewandowski.

Acórdão

Segundo Cármen Lúcia, o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) não vai tomar nenhuma atitude sem o conhecimento amplo da decisão do tribunal, por meio da publicação do acórdão no “Diário da Justiça”.

“A partir do acórdão, é que eles teriam, se fosse o caso, os recursos cabíveis, por exemplo embargos, para saber em que eles acham que há omissão e talvez fosse o espaço apropriado e a via processual apropriada para questionamento, até porque nós não teríamos como agora vislumbrar todas as situações que um ou outro acha que pode ser cuidada. Se a gente tivesse de resolver variadas situações, nós reabriríamos era o julgamento”, afirmou Cármen.

A advogada-geral da União, Grace Mendonça, disse na quarta que o governo discute a possibilidade de pedir o ressarcimento aos cofres públicos daqueles que já tiveram a aposentadoria recalculada.

Segundo Grace, o INSS fará um levantamento completo sobre a desaposentação e analisará caso a caso, recorrendo contra a concessão do benefício. A decisão do STF tem repercussão geral e trará implicações para cerca de 182 mil processos que estão em tramitação nas diferentes esferas judiciais de todo o País.

Trajatória de déficit da Previdência tem se acentuado, diz secretária do Tesouro

28/10/2016 – Tribuna PR

Em meio à discussão da reforma da Previdência, a secretária do Tesouro Nacional, Ana Paula Vescovi, destacou o peso da Previdência Social no déficit registrado pelo Governo Central de janeiro a setembro deste ano, que foi de R\$ 96,633 bilhões.

Nesse período, o déficit da Previdência foi de R\$ 112,650 bilhões. De janeiro a setembro de 2011, o valor era negativo em R\$ 50 bilhões. “A trajetória do déficit da Previdência tem sido acentuada nos últimos anos. Há uma aceleração muito mais forte no setor urbano”, observou. A estimativa é de um déficit previdenciário de R\$ 148,8 bilhões neste ano.

Apesar do resultado do Tesouro Nacional estar positivo em R\$ 16,017 bilhões até setembro, Ana Paula afirmou que a tendência é que também ele apresente déficit este ano, de R\$ 21,7 bilhões. “Fica clara a reversão dos resultados do Tesouro Nacional nos últimos tempos”, acrescentou.

Ana Paula Vescovi destacou que os dados fiscais do governo deixam claro o aumento das despesas obrigatórias e o declínio das discricionárias nos últimos 12 meses. Nos últimos 12 meses até setembro, as despesas discricionárias somaram R\$ 265,7 bilhões enquanto as obrigatórias totalizaram R\$ 1,022 trilhão.

Repatriação

Ana Paula Vescovi destacou ainda que o próximo relatório bimestral de receitas e despesas do governo passará a incorporar os recursos oriundos da Lei de Repatriação.

Até esta quinta-feira, 27, pela manhã, os processos de regularização de ativos no exterior já geravam um total de R\$ 40 bilhões em impostos e multas. Segundo a secretária, o Tesouro tem sido conservador ao não considerar a arrecadação da repatriação antes de os recursos serem recolhidos.

“Antes da entrada dos recursos da repatriação, riscos fiscais se materializaram e realizamos uma reserva de recursos para compensar frustração de receitas”, afirmou. “Quando o Tesouro perceber a entrada de recursos de repatriação, haverá uma reprogramação financeira. Até agora agimos da forma mais conservadora possível”, completou.

Segundo ela, mesmo com as receitas de mais de R\$ 40 bilhões da repatriação, a meta de déficit fiscal R\$ 170,5 bilhões não será alterada. “A meta não muda. Na próxima

reavaliação bimestral traremos à luz o impacto dos recursos que entraram com a repatriação”, repetiu.

“A repatriação será uma fonte para reduzirmos o volume de restos a pagar e fazermos frente aos riscos fiscais. E também poderemos usar para o resultado consolidado do setor público, já que os recursos também vão para Estados e municípios”, acrescentou.

Ajuste fiscal do RJ

Ana Paula Vescovi disse que o Tesouro Nacional apoiará tecnicamente medidas que o Rio de Janeiro estuda para fazer o ajuste fiscal do Estado. Ela se reuniu mais cedo com o governador do Estado, Luiz Fernando Pezão.

De acordo com a secretária, Pezão pediu apoio à reforma da Previdência. “O governador está fortemente imbuído no ajuste fiscal do Rio de Janeiro. O ajuste fiscal é importante para reequilibrar as contas dos Estados”, afirmou.

13º salário vai “despejar” mais de R\$ 10 bilhões no Paraná

28/10/2016 – Bem Paraná

O pagamento do 13º salário a partir do próximo mês, vai colocar R\$ 10,8 bilhões na economia paranaense, aproximadamente 5,5% do total do Brasil e 34,2% da região Sul. Esse montante representa em torno de 2,7% do PIB estadual. O contingente de pessoas no Estado que receberá o décimo terceiro foi estimado em 5,1 milhões, o correspondente a 6,1% do total que terá acesso ao benefício no Brasil.

Em relação à região Sul, esse percentual é de 35,2%. Os empregados do mercado formal, celetistas ou estatutários, representam 60,5%, enquanto pensionistas e aposentados do INSS equivalem a 37,5%.

O emprego doméstico com carteira assinada participa com 1,9%. Em relação aos valores que cada segmento receberá, nota-se a seguinte distribuição: os empregados formalizados ficam com 76,6% (R\$ 8,3 bilhões) e os beneficiários do INSS, com 21,2% (R\$ 2,3 bilhões), enquanto aos aposentados e pensionistas do estado do Regime Próprio caberão 1,1% (R\$ 116,8 milhões).

Brasil — A economia brasileira deverá receber aproximadamente R\$ 197 bilhões devido ao pagamento do décimo terceiro salário. Segundo o Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese), isso significa a movimentação de cerca de 3% do Produto Interno Bruto (PIB).

O rendimento, com valor médio de R\$ 2.192, deverá ser pago a 84 milhões de trabalhadores.

Em comparação com 2015, o montante significa um crescimento de 8,2% sobre os R\$ 182 bilhões pagos no ano passado. Considerando apenas os trabalhadores formais ativos, há uma queda de 3,4% em relação ao que foi pago no último fim de ano.

A primeira parcela do 13º deve ser paga até 30 de novembro. Já a segunda parcela deve ser paga até o dia 20 de dezembro. Parte deste dinheiro deve acabar sendo usado nas compras de fim de ano, o que deve dar um ânimo para o comércio.

Usiminas tem prejuízo de R\$107 mi no 3º trimestre

28/10/2016 – R7

A Usiminas teve prejuízo líquido de 107 milhões de reais no terceiro trimestre ante resultado negativo um ano antes de cerca de 1 bilhão de reais.

A siderúrgica apurou geração de caixa medida pelo lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização (Ebitda) de 307 milhões de reais entre julho e setembro após desempenho negativo nesta linha de 65 milhões no mesmo período do ano passado.

Contas do governo fecharam setembro com o pior resultado da história

28/10/2016 – R7



A queda da arrecadação e o aumento de gastos obrigatórios fizeram o Governo Central (Tesouro Nacional, Previdência Social e Banco Central) registrar em setembro o maior déficit primário da história para o mês. O resultado negativo no período somou R\$ 25,303 bilhões, valor cerca de R\$ 5 bilhões maior que o déficit de R\$ 20,409 bilhões registrado em setembro do ano passado.

O déficit primário representa o resultado negativo nas contas públicas, desconsiderando o pagamento de juros. No acumulado de 2016, o déficit soma R\$ 96,633 bilhões, também o pior resultado da história para os nove primeiros meses do ano.

No acumulado de 12 meses, o déficit primário totaliza R\$ 190,556 bilhões. O valor é superior à meta de resultado negativo de R\$ 170,5 bilhões estipulada para este ano. No entanto, a contagem em 12 meses é influenciada pela quitação de R\$ 55,6 bilhões em passivos do Tesouro com bancos oficiais e o FGTS (Fundo de Garantia do Tempo de Serviço), ocorrida em dezembro de 2015.

A queda da arrecadação provocada pelo agravamento da crise econômica continua a ser a principal causa do aumento do déficit primário em 2016. De janeiro a setembro, as receitas líquidas caíram 6,6%, descontada a inflação oficial pelo IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo) em relação ao mesmo período do ano passado.

Pressionadas pelos gastos obrigatórios, as despesas totais subiram 2% acima do IPCA nos nove primeiros meses do ano. Apenas em setembro, no entanto, os gastos caíram 9,2%, descontado o IPCA em relação a setembro do ano passado por causa do adiantamento do décimo terceiro salário a aposentados e pensionistas do INSS (Instituto Nacional do Seguro Social).

Previdência

Os gastos com a Previdência Social subiram 10,4% além da inflação nos nove primeiros meses do ano. As demais despesas obrigatórias, no entanto, cresceram apenas 0,4% acima da inflação. Os gastos discricionários (não obrigatórios) caíram 6,2%, descontado o IPCA. As despesas de custeio (gasto com a manutenção da máquina pública) caíram 7,2% de janeiro a setembro.

Os investimentos – gastos com obras públicas e compra de equipamentos – somaram R\$ 38,593 bilhões no acumulado do ano, recuo de 15,7% também considerando a inflação oficial. Os investimentos do PAC (Programa de Aceleração do Crescimento) totalizaram R\$ 26,984 bilhões, queda de 18,2% descontada a inflação.

Os investimentos do Programa Minha Casa, Minha Vida somaram R\$ 4,77 bilhões, retração real de 59,7%. A queda deve-se principalmente à autorização para que a construção dos imóveis para a população de baixa renda seja financiada com recursos do FGTS, que passou a valer neste ano e diminuiu o uso de recursos do Orçamento no programa habitacional.

Recessão fez encolher população ocupada a 89 milhões de pessoas

28/10/2016 – R7



A recessão encolheu a população ocupada do país em mais de 2 milhões de postos de trabalho no último ano.

De acordo com os dados divulgados nesta quinta (27) pelo IBGE, a população ocupada, tanto em trabalhos formais quanto em atividades informais, recuou 2,4% entre julho e setembro, ante o mesmo período do ano passado, de 92 milhões de pessoas para os atuais 89,8 milhões.

Com isso, a parcela da população brasileira ocupada recuou ao mais baixo patamar em mais de quatro anos –desde o começo de 2012, início da atual pesquisa sobre o mercado trabalho do IBGE.

A fatia é hoje de 54%. No mesmo período do ano, em 2013, antes de o Brasil mergulhar na atual recessão (iniciada no segundo trimestre de 2014), o número era de 57,1%.

O recuo é resultado da retração da atividade econômica. Segundo analistas, também indica que o mercado de trabalho alcançou um novo e preocupante estágio.

Até o fim do ano passado, muitos dos que perderam empregos no setor formal (com carteira) tentaram a sorte em atividades informais. Classificado pelo IBGE como trabalhadores por conta própria, esse contingente subiu 5,3% em 2015 e conteve a aceleração dos desempregados.

Neste ano, com o prolongamento da crise, o quadro é de destruição até de ocupações informais. O "conta própria" caiu 1,7% no trimestre ante o mesmo período de 2015.

"Antes, um chefe de família que perdeu o emprego fazia com que o filho passasse a procurar emprego para repor a renda. E ele passou a vender coxinhas, por exemplo.

Agora, nem coxinhas mais está conseguindo vender", diz Cimar Azeredo, do IBGE.

"O quadro antes era de substituição do emprego, agora é de eliminação", diz o analista Fernando de Hollanda Barbosa Filho, da FGV.

Este quadro pode ter resultado no desânimo em buscar nova ocupação. O IBGE verificou que 507 mil pessoas deixaram a força de trabalho entre o segundo e o terceiro trimestres deste ano. Ou seja, não estão ocupadas tampouco procuraram emprego.

Alessandra Ribeiro, da consultoria Tendências, observa que a aparente limitação de atividades informais em absorver mão de obra pode fazer o desemprego subir mais.

A taxa agora está em 11,8%, idêntico ao patamar do fechamento de agosto, e pouco superior ao do segundo trimestre do ano (abril a junho), 11,3%. Desde o início da recessão, a taxa de desemprego subiu de 6,8% para 11,8%.

"O mercado de trabalho não estabilizou e, mesmo a retomada da economia, ainda não vimos sinais de que já esteja ocorrendo", diz Eduardo Zylberstajn, da Fipe.

BNDES diz estar aberto a mudanças na sócia JBS

28/10/2016 – Folha de S. Paulo

A diretora de mercados de capitais do BNDES, Eliane Lustosa, disse à **Folha** que o banco continua apoiando a internacionalização da JBS e está aberto a avaliar novas propostas da empresa.

Na quarta-feira (26), o BNDES, detentor de 20% das ações da JBS, rejeitou a nova organização societária da empresa, que transferia a sede para Irlanda, com ações na Bolsa de Nova York.

"Continuamos apoiando a internacionalização da companhia, mas entendemos que a proposta não era a melhor para a empresa", disse Lustosa, que assumiu o cargo a convite da nova presidente do BNDES, Maria Silvia Bastos Marques.

A diretora não detalha as objeções do banco à proposta, sob o argumento de sigilo. Em nota, o BNDES disse que a proposta implicava a "desnacionalização" da empresa e que seus acionistas teriam de se submeter à legislação estrangeira.

Para analistas, a operação, na prática, criava duas classes de acionistas, já que 85% receberiam ações da empresa nos EUA, enquanto 15% permaneceriam no Brasil.

Para a cúpula da JBS, mudar a sede para o exterior era a melhor forma de elevar o valor da empresa e ter acesso a empréstimos mais baratos, pois deixaria de correr o "risco Brasil".

Desde que o BNDES anunciou o veto à operação, as ações do JBS já caíram 15,2%. "Não estamos preocupados com variações de curto prazo no preço da ação, mas com o futuro da companhia no longo prazo", diz Lustosa.

NEGOCIAÇÕES

Técnicos do BNDES já vinham solicitando informações extras da operação desde que tomaram ciência do negócio antes da troca do comando do banco.

Os planos de reorganização da JBS foram divulgados ao mercado em 11 de maio, um dia antes de o Senado aprovar o início do processo de impeachment de Dilma e afastar a presidente do cargo.

O vice-presidente Michel Temer tomou posse e trocou a presidência do BNDES. Lustosa afirma que a nova diretoria do banco se reuniu com a JBS assim que tomou posse, na primeira semana de junho, para entender melhor a operação.

CAMPEÃ NACIONAL

A JBS é uma das "campeãs nacionais" apoiada pelos governos do PT. O BNDES investiu R\$ 8 bilhões no negócio, ajudando a empresa a se tornar a maior processadora de proteína animal do mundo.

O TCU, no entanto, questiona a lisura das operações e estima que o BNDES possa ter perdido R\$ 848 milhões por sobrevalorizar as ações da JBS. A companhia e o próprio

BNDES disseram na época que o lucro do banco estatal no negócio chegaria a R\$ 5 bilhões.

Segundo a **Folha** apurou, a decisão do BNDES foi técnica, e o Planalto não teria interferido, apesar da pressão política. O grupo é um dos maiores doadores de campanhas políticas do Brasil.

Pagamento do 13º salário vai injetar R\$ 197 bilhões na economia, diz Dieese

28/10/2016 – R7



A economia brasileira deverá receber aproximadamente R\$ 197 bilhões devido ao pagamento do décimo terceiro salário. Segundo o Dieese (Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos), isso significa a movimentação de cerca de 3% do PIB (Produto Interno Bruto) — soma de todos os bens e serviços produzidos no País. O rendimento, com valor médio de R\$ 2.192, deverá ser pago a 84 milhões de trabalhadores.

Em comparação com 2015, o montante significa um crescimento de 8,2% sobre os R\$ 182 bilhões pagos no ano passado. Considerando apenas os trabalhadores formais ativos, há uma queda de 3,4% em relação ao que foi pago no último fim de ano.

Dos beneficiados com o pagamento do salário extra, aproximadamente 33,6 milhões (39,9%) são aposentados ou pensionistas da Previdência Social. Essas pessoas devem receber R\$ 41,3 bilhões, o que representa 21% do valor que será pago.

Os empregados formais respondem por 58,9% dos que receberão o décimo terceiro, um total de 49,5 milhões de pessoas. Esse grupo será destinatário de 68,5% dos recursos que serão injetados na economia pelo pagamento da remuneração de fim de ano, um total de R\$ 134, 7 bilhões. Estão incluídos os empregados domésticos, que representam 2,5% dos trabalhadores e 1,1% do valor dos pagamentos.

Os aposentados pelo regime próprio da União são 1,2% dos beneficiados – 982,2 mil pessoas. Essa parcela receberá 4,2% dos recursos - R\$ 8,2 bilhões.

Para fazer a estimativa, o Dieese utiliza os dados da Rais (Relação Anual de Informações Sociais) e do Caged (Cadastro Geral de Empregados e Desempregados). Também são levados em consideração os dados da Pnad (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios), feita pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), da Previdência Social e da Secretaria do Tesouro Nacional.

Para Brasil voltar a crescer, governo tem que fazer dever de casa, diz Meirelles

28/10/2016 – R7

O ministro da Fazenda, Henrique Meirelles, destacou nesta quinta-feira (27) para uma plateia de micro e pequenos empresários no Palácio do Planalto que o governo precisa controlar suas contas como condição essencial para o País voltar a crescer.

— Fazer o dever de casa começando por si próprio.

Meirelles acrescentou que, com a aprovação da PEC do Teto dos Gastos Públicos na Câmara dos Deputados, o governo de Michel Temer mostra que já está fazendo esse movimento de cuidar dos próprios gastos. O ministro ponderou, no entanto, que conter a expansão das despesas públicas não será algo simples e que exigirá muito trabalho de todos.

— Não vamos nos enganar que isso é um projeto, uma empreitada fácil. É muito dura, muito difícil.

Porém, segundo ele, "é o que precisamos fazer para permitir que a economia cresça." O ministro disse também, reafirmando fala do presidente do Sebrae, Afif Domingos, que política social eficaz é aquela que gera emprego e renda e que passa pelo crescimento econômico.

— Crescimento econômico no Brasil hoje passa pelo governo controlar suas próprias despesas.

Para o ministro, quando a atividade começa a dar sinais de reação, o primeiro resultado é a criação de empregos nas micro e pequenas empresas, na base.

— Esse é o grande impacto.

Weg vê investimento industrial se recuperando no próximo ano

28/10/2016 – R7

A fabricante de motores elétricos e tintas industriais Weg espera recuperação gradual dos investimentos industriais no próximo ano, disseram executivos da empresa em teleconferência com analistas nesta quinta-feira.

A Weg está "cautelosamente otimista" sobre a retomada econômica brasileira, que deve impulsionar a rentabilidade da empresa, mas que tem tido pouca mudança até o momento, disseram os executivos.

A empresa divulgou seus resultados do terceiro trimestre na quarta-feira, mostrando uma queda de 3,2 por cento no lucro líquido frente a igual período do ano passado, para 257 milhões de reais.

Nova lei diminui riscos para investidor-anjo em caso de fracasso de start-up

28/10/2016 – Folha de S. Paulo

O investimento-anjo, feito em micro e pequenas empresas inovadoras em estágio inicial e com potencial de crescimento, ganhou novas regras que satisfizeram demandas do setor por mais proteção na hora de apostar em novatas.

A partir de agora, pessoas físicas e jurídicas podem fazer aportes nessas start-ups sem serem consideradas sócias delas.

Dessa forma, não têm direito na gerência das companhias. Por outro lado, passam a não ser mais responsáveis por dívidas da empresa, inclusive em casos de recuperação judicial.

Investidores-anjo afirmavam que essa garantia era importante para mitigar os riscos da aposta em novatas.

Isso porque, nessa modalidade de investimento, espera-se que boa parte das empresas não tenha sucesso e que as poucas bem-sucedidas compensem as perdas das que não deram certo.

O capital do investidor terá que ficar na empresa por, no mínimo, dois anos, e no máximo, sete.

As empresas que receberem este tipo de aporte também não serão mais desenquadradas do Simples, nem os valores recebidos como investimentos tributados como receita, como ocorria anteriormente.

Cassio Spina, fundador e presidente da Anjos do Brasil, organização sem fins lucrativos que reúne investidores, afirmou em nota à imprensa que a lei resolve um dos principais entraves para o crescimento do investimento anjo em start-ups, provendo segurança jurídica para investidores.

Com isso, possibilita aumento do volume de capital disponível para as start-ups, afirma.

As mudanças fazem parte da lei que amplia os tetos de faturamento para enquadramento no Simples (regime de tributação simplificado para micro e pequenas empresas), sancionada pelo presidente Michel Temer nesta quinta-feira.

Os artigos referentes ao investimento-anjo foram incluídos por iniciativa do deputado federal Otavio Leite (PSDB-RJ), membro da Frente Parlamentar da Micro e Pequena Empresa.

"Isso vai trazer um estímulo muito grande a novos empreendedores, não tenho dúvidas de que o mercado irá ganhar muito", diz.

Parcerias com empresas melhoram governança, diz chefe da Petrobras

28/10/2016 – Folha de S. Paulo

O presidente da Petrobras, Pedro Parente, defendeu o plano de venda de ativos da estatal como uma maneira de contribuir para a melhora da governança da companhia, abalada após a descoberta do esquema de corrupção investigado pela Operação Lava Jato.

"Além da diluição do risco e dos investimentos, talvez o mais importante em atrair parceiros seja a melhora da governança. Quando temos parceiros, temos que os comportar da melhor maneira possível", afirmou o executivo, em discurso de encerramento da feira Rio Oil & Gas.

A Petrobras planeja vender quase US\$ 35 bilhões até o final de 2019. Ele lembrou que é um valor bem superior aos cerca de US\$ 15 bilhões levantados pelo governo Fernando Henrique Cardoso com a privatização das teles.

Parente ressaltou que o plano de socorro da Petrobras, com venda de ativos e redução de custos, é semelhante ao que vem sendo implementado por diversas empresas globais de petróleo.

"O curioso é que a Petrobras, por força do momento em que vive, embarca em um programa que seria necessário de qualquer forma, semelhante ao que toda a indústria embarcou", comentou.

Em sua fala, ele frisou que a indústria ampliou custos e investimentos nos momentos em petróleo caro e está tentando se adaptar ao novo cenário de preços.

"A indústria convive com preços muito inferiores aos que já tivemos e está baseada em um nível de investimentos muito mais compatível com a receita em que já tivemos", comentou.

Segundo ele, cada US\$ 1 de receita no setor de petróleo gera US\$ 0,97 em investimentos. "Isso mostra que é uma indústria que tem remunerado muito mal seus investidores."

"É uma indústria que, sem dúvida, precisa de um novo modelo de negócios", declarou. Parente evitou falar de negócios específicos da estatal, baseando seu discurso em uma visão mais ampla do setor.

Ele concluiu seu discurso dizendo que o governo tem anunciado medidas para alterar as regras do setor e atrair mais investimento estrangeiro.

"Eu vejo claramente um novo momento para o setor", finalizou o executivo, que colocou entre os principais desafios do setor a resistência de centrais sindicais e partidos de oposição às medidas propostas.

A abertura da feira teve a presença do presidente Michel Temer, que passou a mensagem de que o governo ouvirá as demandas da indústria para facilitar a atração de investimentos.

Temer ironiza protesto e sugere que ofereçam emprego a manifestantes

28/10/2016 – Folha de S. Paulo

O presidente Michel Temer ironizou nesta quinta-feira (27) protesto de centrais sindicais realizado desde o início da semana contra a flexibilização dos direitos trabalhistas na Praça dos Três Poderes, em frente ao Palácio do Planalto.

Em discurso durante sanção de projeto que amplia prazo de parcelamento de dívidas tributárias, o peemedebista disse que os manifestantes que protestavam com vuvuzelas "aplaudem este grande momento do governo federal".

"Neste auditório, ouvimos palavras de incentivo e aplausos entusiasmados. E eu verifico que, lá fora, aqueles que não puderam entrar, para comemorar esse grande ato do governo, com suas vuvuzelas também aplaudem este grande momento", disse.

O presidente ainda pediu para os empresários e presentes na solenidade que, ao saírem do Palácio do Planalto, ofereçam emprego aos manifestantes que estiverem desempregados.

"Quem sabe, quando os senhores saírem, convidam aqueles que estão lá fora. Se não têm emprego, quem sabe arruma emprego. Acho que é uma fórmula muito adequada", disse.

Com carros de som e balões de gás, os manifestantes protestam contra a sanção de projeto que legaliza a contratação de pessoas jurídicas para a prestação de serviços como os de cabeleireiros, barbeiros e manicures.

Além da medida, o presidente sancionou proposta que elevou de 60 para 120 meses o prazo para parcelamento de dívidas tributárias de micro e pequenas empresas.

Em discurso, o presidente ressaltou que o empenho do governo federal tem sido para reduzir o número de desempregados no país e defendeu a necessidade de uma harmonia entre todos os setores sociais.

Contribuinte tem até segunda-feira para aderir ao Regime Especial de Regularização Cambial e Tributária

28/10/2016 – Portal Contábil

A Receita Federal alerta aos interessados na regularização cambial e tributária que o prazo termina em 31 de outubro. Importante registrar que o aplicativo para o preenchimento e a apresentação da DERCAT está em funcionamento 24 horas por dia, inclusive durante o próximo final de semana.

O aplicativo da DERCAT está disponível no e-CAC, no endereço <https://www3.cav.receita.fazenda.gov.br>, em "Declarações e Demonstrativos". O serviço de recepção da DERCAT será interrompido às 23h59min59s, horário de Brasília, do dia 31 de outubro de 2016.

Até às 17 horas de hoje haviam sido recepcionadas 21.676 DERCAT de pessoas físicas e 70 DERCAT de pessoas jurídicas, totalizando R\$ 152,6 bilhões de ativos regularizados e R\$ 45,78 bilhões de imposto e multa decorrentes da regularização.

Atenção: embora a DERCAT possa ser apresentada até as 23h59min59s do dia 31, o contribuinte deve ficar atento para o horário limite do seu estabelecimento bancário para o recebimento de DARF de pagamento do respectivo imposto e multa. A opção do contribuinte ao RERCT somente se completa com a apresentação da DERCAT e com o efetivo pagamento do imposto e da multa até o horário limite do dia 31 de outubro.

O Regime Especial de Regularização Cambial e Tributária (RERCT) aplica-se aos residentes ou domiciliados no País em 31 de dezembro de 2014 que tenham sido ou ainda sejam proprietários ou titulares de ativos, bens ou direitos em períodos anteriores a 31 de dezembro de 2014, ainda que, nessa data, não possuam saldo de recursos ou título de propriedade de bens e direitos.

Para aderir ao RERCT, o contribuinte deverá apresentar a DERCAT – Declaração de Regularização Cambial e Tributária" até 31 de outubro e efetuar o pagamento integral do imposto e da multa correspondente até a mesma data.

Para mais informações, a Receita Federal disponibilizou em seu sítio na internet um conjunto de perguntas e respostas que visa auxiliar os contribuintes sobre a forma de declarar e outras orientações sobre o programa. Estas orientações, denominadas "Dercat – Perguntas e Respostas", podem ser obtidas [aqui](#).

Sancionado novo limite para enquadramento no Simples Nacional

28/10/2016 – Portal Contábil

Foi sancionada nesta quinta-feira (27) a lei que amplia o prazo de parcelamento das dívidas tributárias de pequenas e microempresas, estabelecendo novos limites para o enquadramento no Simples Nacional.

A lei foi sancionada pelo presidente Michel Temer em cerimônia no Palácio do Planalto. O texto é oriundo do substitutivo ao [PLC 125/2015](#), aprovado pelo Senado em junho, depois de dez meses de discussões.

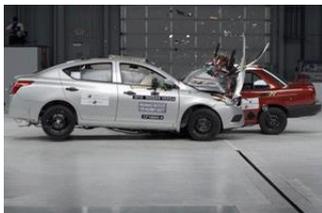
Criado em 2006, o Supersimples tem o objetivo de facilitar o recolhimento de tributos pelos pequenos e microempresários. Com as mudanças, o limite para a microempresa ser incluída no programa passa dos atuais R\$ 360 mil anuais para R\$ 900 mil. Já o teto das empresas de pequeno porte passa de R\$ 3,6 milhões anuais para R\$ 4,8 milhões por ano.

A nova versão da lei também amplia de 60 para 120 prestações o prazo para pagamento de dívidas tributárias.

A nova lei cria ainda a figura do “investidor-anjo” para ajudar as *start-ups* (empresas que iniciam atividades inovadoras) a obterem aportes para colocar seus produtos no mercado. Dessa forma, será possível captar investimentos sem a necessidade de o investidor se tornar sócio do novo empreendimento.

Nissan manobra contra nova colisão à imagem

28/10/2016 – Automotive Business



A Nissan tentou manobrar para evitar nova colisão à sua imagem. Na quarta-feira, 26, anunciou que em maio de 2017 vai parar de produzir no México o sedã Tsuru – uma versão de mais de 20 anos do Sentra.

A comunicação aconteceu na véspera de um crash test programado pelo Global NCAP e Latin NCAP, entidades independentes que avaliam a segurança de automóveis, em conjunto com o Insurance Institute for Highway Safety (IIHS), mantido por seguradoras dos Estados Unidos.

No teste patrocinado pelas organizações na quinta-feira, 27, foi realizado o impacto frontal uma velocidade combinada de 80 mph (129 km/h) entre um Versa 2016 vendido nos EUA, e um Tsuru 2015 comprado no México, com superposição de 50% da frente dos veículos.

Ambos os modelos são feitos na fábrica mexicana da Nissan e os dois já haviam passado por crash tests anteriormente. O Versa foi qualificado como “bom” pelo IIHS e o Tsuru ganhou zero estrela para ocupantes adultos e crianças pelo Latin NCAP.

Na experimentação realizada quinta-feira na sede do IIHS na Virgínia, EUA, o resultado foi exatamente o que já era esperado por todos: o Tsuru ficou bastante mais destruído e seu motorista teria apresentado lesões com alta probabilidade de morte, segundo comunicado do Latin NCAP.

“A batida tem altas possibilidades de ter sido fatal, o Tsuru não tinha airbags e as principais estruturas do veículo colapsaram, comprometendo o espaço de sobrevivência”, diz a nota da organização.

Com o anúncio na véspera do teste de parar de fabricar o Tsuru só daqui a seis meses, a Nissan não conseguiu evitar totalmente a já esperada pancada. “Esta decisão de suspender a produção de um veículo tão inseguro é muito demorada. Faz três anos o Latin NCAP fez o teste de colisão desse modelo, com resultado de zero estrela.

A Nissan demorou bastante em reconhecer que a venda de automóveis de baixos padrões de segurança é inaceitável. Felizmente responderam às demandas do Latin NCAP e dos consumidores mexicanos para retirar o Tsuru do mercado”, afirmou após o crash test David Ward, secretário geral do Global NCAP.

Alejandro Furas, secretário geral do Latin NCAP, avalia que a montadora deve agir mais rápido para evitar que mais motes aconteçam a bordo do Tsuru. “Acho que a

Nissan fez esse anúncio em resposta à nossa campanha para que não sejam mais comercializados veículos com zero estrela no México e na América Latina inteira.

O teste de batida carro contra carro demonstrou por que esses modelos deveriam ser retirados do mercado. Em abril deste ano publicamos um relatório em que se atribuía ao Tsuru, ao menos, 4 mil mortes no México entre 2007 e 2012. Apesar de parabenizarmos o anúncio da Nissan, por que devem esperar até maio de 2017 para parar de vender este carro tão inseguro?”, questionou Furas.

APELO POR LEIS MAIS SEVERAS

“Nosso primeiro teste de batida carro contra carro demonstrou claramente a importância de contar com regras mínimas de segurança veicular. O México ainda não conta com essas regulamentações, e os Estados Unidos as aplicam há décadas.

A falta de regulações pode gerar a venda de carros muito insegura como o Tsuru. Todos os países da América Latina e do Caribe devem aplicar as Normas de Segurança Veiculares das Nações Unidas ou seu equivalente, onde para que não existam mais veículos zero estrela”, exortou Ward, do Global NCAP.

Um dia antes, o Global NCAP publicou um relatório devastador sobre a falta de imposição legal para adoção de sistemas de segurança veicular na América Latina.

Segundo o estudo, se os carros fabricados e vendidos na região tivessem obrigatoriamente certos equipamentos, como controle eletrônico de estabilidade ou cintos de segurança com pré-tencionador, entre outros, poderiam ser evitadas até 2030 mais de 40 mil mortes, além de 400 mil feridos, com economia de recursos de até US\$ 143 bilhões no período de 2016 a 2030. Para a Nissan, contudo, nada disso parece existir.

Na nota que divulgou na quarta-feira anunciando o fim da produção do Tsuru, a montadora seguiu ressaltando qualidades do modelo: “Veículo muito popular, com mais de 2,4 milhões de unidades vendidas, ofereceu mobilidade acessível, econômica e confiável para motoristas de todo o país (México) e de outros mercados por mais de três décadas”, diz o comunicado.

Faturamento da PSA cai 2,2% nos nove meses do ano

28/10/2016 – Automotive Business



O faturamento global do Grupo PSA acumulado de janeiro a setembro diminuiu 2,2% na comparação com iguais meses do ano passado, quando a companhia registrou pouco mais de € 40 bilhões, informa em comunicado.

A receita da divisão automotiva, que reúne os negócios das marcas Peugeot, Citroën e DS, ficou 2,7% abaixo do resultado de igual período de 2015, passando de € 27,4 bilhões para € 26,7 bilhões. Contudo, a empresa destaca que os efeitos negativos do câmbio (-4,7%) foram parcialmente compensados pelo impacto positivo de 1,8% com a política de aumento de preços das três marcas, em especial na Europa.

As vendas globais cresceram 2,9%, de 2,16 milhões para 2,22 milhões no comparativo anual do acumulado de nove meses, com alta de 4,1% na Europa (1,42 milhão de veículos) e, na contramão do cenário da região, o Grupo anotou crescimento de 18,4%

na América Latina, passando de 112,8 mil nos nove meses de 2015 para 133,6 mil unidades no acumulado deste ano.

Na China houve queda de 18,6%, para 422,3 mil, enquanto que na África-Oriente Médio, a alta de 62,8% do volume, para 223,3 mil, foi impulsionada pelas vendas de veículos produzidos no Irã sob licença da Peugeot. No fim do mês passado, os estoques do grupo totalizavam 400 mil veículos contra os 382 mil registrados no ano anterior neste mesmo período.

“As alavancas do plano Back in the Race, em particular a política de preços e a redução dos custos nos dão confiança para a realização dos objetivos do Plano Push to Pass, mesmo num contexto externo mais difícil, especialmente em matéria de câmbio”, declarou Jean Baptiste de Chatillon, diretor mundial financeiro do Grupo PSA e membro do conselho de administração.

O Grupo PSA projeta dois cenários bastantes distintos no mercado global de veículos: para a companhia, haverá crescimento na Europa e na China, de 6% e 15%, respectivamente. Por outro lado, a empresa acredita que haverá queda na América Latina e na Rússia, coincidentemente com os mesmos índices contrários, de 6% e 15%, respectivamente.

O plano Push to Pass fixa objetivos como uma margem operacional corrente média de 4% para a divisão automotiva entre 2016 e 2018 e uma meta de 6% em 2021; crescimento de 10% do faturamento do grupo entre 2015 e 2018, visando 15% suplementares até 2021.

Peugeot traz elétrico Fractal ao Salão

28/10/2016 – Automotive Business



Um dos destaques da Peugeot para o Salão do Automóvel (de 10 a 20 de novembro no São Paulo Expo) será o Fractal, um conversível elétrico. O carro é uma incubadora de ideias que explora novos processos de criação e produção. Segundo a fabricante, mais de 80% de suas peças interiores foram feitas em impressoras 3D.

O Fractal utiliza motores elétricos traseiros com potência total de 204 cavalos e suas baterias de íons de lítio de 40 quilowatts garantem autonomia de até 450 quilômetros.

O sistema de áudio foi criado pelo designer de som brasileiro Amon Tobin. A qualidade sonora vem de 13 alto-falantes incorporados atrás dos bancos. O som pode ser comandado por um relógio de pulso inteligente Samsung Gear S, que também permite abrir as portas e personalizar o funcionamento do ar-condicionado, por exemplo. O relógio fornece ainda informação contínua sobre o estado da bateria, tempo de carga, temperatura interior e localização.

O interior do Fractal também adota o conceito i-Cockpit da Peugeot, com volante pequeno e painel com comandos sempre muito à mão e facilidade para ver e obter informações. Isso inclui um head-up display, dispositivo com tela holográfica de alta definição que projeta informações no para-brisa.

Outro destaque do carro é a distância variável do solo, que permite ao veículo se adaptar a diferentes tipos de terreno. A altura pode aumentar ou diminuir em até sete centímetros.

Técnica reduz óleo necessário para motores de carro

28/10/2016 – CIMM

Ainda não é possível falar em um motor de automóvel que possa funcionar sem óleo lubrificante, mas os engenheiros estão trabalhando nesse sentido.

Um novo processo para fazer o tratamento de superfícies metálicas conseguiu multiplicar por várias vezes a eficiência dos motores de pistão, e poderá ser aplicado a uma grande variedade de outros equipamentos.

A técnica melhora a capacidade das superfícies metálicas para ligar-se com o óleo lubrificante, sem a necessidade de aditivos especiais, reduzindo significativamente o atrito e, por decorrência, a quantidade de óleo necessária para o funcionamento do motor.

A melhoria foi conseguida jateando a superfície do bloco do motor com uma mistura de sulfeto de cobre e óxido de alumínio. Esse jateamento (shot peening) modifica quimicamente a superfície do bloco, mudando a forma como as moléculas de óleo se ligam ao metal e, assim, aumentando a lubricidade da superfície.

Ligação com o óleo

"Nós queremos que as moléculas do óleo liguem-se firmemente à superfície. Tradicionalmente, esta ligação é criada colocando aditivos no óleo. No nosso caso, nós jateamos a superfície com uma mistura de partículas de alumina e sulfeto de cobre.

"Tornar a superfície mais ativa quimicamente por meio de deformações permite que a reação de substituição forme sulfeto de ferro na camada de cima do ferro [do bloco do motor]. E sulfetos de ferro são conhecidos por formarem ligações muito fortes com moléculas de óleo," explicou o professor Michael Varenberg, do Instituto de Tecnologia da Geórgia, nos EUA.

O novo tratamento superficial resulta em um coeficiente de atrito ultrabaixo, de cerca de 0,01 em um ambiente Aabase de óleo, o que é cerca de 10 vezes menos do que o coeficiente de atrito obtido sobre uma superfície de referência não tratada.

"Os resultados superam o desempenho dos melhores óleos comerciais atuais e são similares ao desempenho de lubrificantes formulados com nanopartículas de tungstênio à base de dissulfeto, mas nosso processo não utiliza qualquer meio nanoestruturado caro," disse Varenberg.

94% dos empreendedores fariam tudo de novo

28/10/2016 – UOL Economia

O caminho do empreendedorismo pode muitas vezes ser tortuoso e desafiador. O empreendedor deve vencer muitas batalhas e, às vezes, precisa começar tudo do zero até obter sucesso com seu negócio.

Mesmo assim, nos últimos anos vemos um aumento significativo na vontade de se tornar dono da própria empresa, além de empreender ter se tornado um pouco mais fácil com o avanço das tecnologias.

Essas são algumas das conclusões tiradas da pesquisa global inédita realizada pela GoDaddy, plataforma de cloud dedicada a pequenos negócios, em 11 países em agosto de 2016.

Além de informações gerais, a pesquisa também levantou dados geracionais por país, indicando que, apesar das diferenças de idade, no Brasil as Gerações Y, X e Baby Boomer não diferem tanto na vontade de empreender, exceto pelo momento em que se encontram em suas carreiras: 62% da Geração Y tinha um emprego fixo quando decidiu empreender e apenas 9% partiu para o próprio negócio porque foi despedido.

Em contrapartida, 56% da Geração X tinha um emprego fixo quando decidiu empreender, mas 26% começou o próprio negócio por ter sido despedido. Pode-se dizer que boa parte da Geração X é empreendedora por necessidade: precisaram encontrar formas alternativas de renda e ocupação, e o empreendedorismo pareceu a opção mais viável, em tempos em que as empresas estão apostando em demissões ao invés de contratações.

Os Baby Boomers não ficam para trás quanto a isso: 20% deles também começaram o próprio negócio devido à perda do emprego. Outros dados levantados sobre isso foram:

57% dos Baby Boomers tinham um emprego fixo quando decidiram empreender;

11% da Geração Y decidiu empreender quando era estudante, 10% dos Baby Boomers também tomaram essa decisão quando ainda estudavam, porém apenas 4% da Geração X tomou a mesma decisão quando estudante.

A Geração Y é considerada empreendedora por natureza, pois seu contato muito próximo da tecnologia desde muito jovem faz com que eles vejam os caminhos para ter o próprio negócio de forma menos complexa, com fácil entrada através da Internet, por exemplo. Por isso, quando ainda estudantes sentem o despertar da vontade de empreender.

“A tecnologia diminuiu a barreira de entrada para o empreendedorismo”, comenta Cristiano Mendes, diretor de Business Development para América Latina da GoDaddy. “Com a Internet o orçamento inicial pode ser baixo, além de existirem incentivos e fundos de investimento direcionados para a criação de startups de tecnologia, que ajudam no pontapé inicial de um micro ou pequeno empreendedor”

Em adição a isso, ser seu próprio chefe tem suas vantagens e, de acordo com a pesquisa, 35% dos respondentes afirmaram que a maior motivação para empreender é a flexibilidade de trabalhar quando, como e de onde quiser. 29% consideram a segurança em ter o próprio negócio (e não correr o risco de perder o emprego) a maior motivação. Quando vistos por geração, os dados não são tão discrepantes:

34% da Geração Y, 34% da Geração X e 39% dos Baby Boomers afirmaram que a maior motivação para empreender é a flexibilidade de trabalhar quando, como e de onde quiser;

29% da Geração Y, 30% da Geração X e 28% dos Baby Boomers consideram a segurança em ter o próprio negócio (e não correr o risco de perder o emprego) a maior motivação.

Além disso, ser uma grande empresa da Fortune 500 é prioridade baixa para as três gerações entrevistadas:

8% dos Baby Boomers, 7% da Geração X e apenas 5% da Geração Y afirmaram que se tornar uma empresa da Fortune 500 é a maior motivação.

Porém, a Geração Y demonstrou níveis mais altos de consciência social: 14% considera ajudar o mundo a resolver um problema a maior motivação para empreender, contra 6% da Geração X e 7% dos Baby Boomers.

Apesar disso, a responsabilidade com o planeta é uma prioridade para 82% dos participantes (considerando-se as 3 gerações), que optariam por ter um negócio que lucrasse menos, mas priorizasse a sustentabilidade ambiental. E, nesse caso, os Baby Boomers são os mais conscientes: 87% priorizariam o meio ambiente, contra 75% da Geração Y.

Num panorama geral, podemos perceber que o brasileiro tem espírito empreendedor, pois apesar do atual momento econômico, no Brasil, 94% dos empreendedores brasileiros entrevistados disseram que, sabendo tudo o que sabem hoje, fariam tudo de novo. E disseram mais: 85% acreditam que a chave para o sucesso no empreendedorismo é determinação e garra.

A pesquisa "Future of Work" foi conduzida pela GoDaddy e Morar Research em agosto de 2016. Participaram cerca de 7 mil respondentes, 2.500 operadores de pequenas empresas, em 11 países (Austrália, Brasil, China, Canadá, Hong Kong, Índia, México, Estados Unidos, Reino Unido, Turquia e Cingapura).

General Electric negocia a compra da Baker Hughes, dizem fontes

28/10/2016 – Exame



A General Electric trabalha para adquirir a Baker Hughes, segundo fontes ligadas ao assunto. A transação, caso confirmada, seria a maior já realizada na história da gigante do setor industrial e aumentaria a aposta da GE na indústria do petróleo, mesmo diante das dificuldades enfrentadas pelo setor.

A GE tem se aproximado da Baker Hughes, companhia que presta serviços em campos de petróleo, com a intenção de comprar a empresa, disseram as fontes.

Não foram divulgados, porém, detalhes sobre o possível negócio, que poderia ainda não ser concretizado.

Com valor de mercado de US\$ 23 bilhões, a Baker Hughes, sediada em Houston, poderia ser alvo de uma proposta de mais de US\$ 30 bilhões, caso se coloque o valor considerado padrão como prêmio para uma compra do tipo. A GE tem valor de mercado de US\$ 259 bilhões.

Em 2014, a Baker Hughes chegou a um acordo para ser vendida para a concorrente Halliburton por US\$ 35 bilhões, ou US\$ 78,62 por ação. Neste ano, porém, o Departamento de Justiça entrou com uma demanda para bloquear a proposta de fusão e o acordo foi cancelado.

Nesta quinta-feira, as ações da Baker Hughes fecharam com o valor de US\$ 54,55.

28/10/2016 – DCI

A ampliação do parcelamento no Simples Nacional sancionada ontem por Michel Temer pode ser insuficiente para as companhias devedoras. Essas, por sua vez, tendem a sair do regime e falir

São Paulo - As entidades atuantes entre as Micro e Pequenas Empresas (MPEs) pediram um novo Refis ao governo federal, cujo objetivo seria excluir multas e juros para diminuir as dívidas. A consideração feita é que a ampliação do parcelamento, recém-aprovada, é insuficiente.

De acordo com Valdir Pietrobon, diretor político parlamentar da Federação Nacional das Empresas de Serviços Contábeis e das Empresas de Assessoramento (Fenacon), a entidade enviou o pedido no início de outubro para a Secretaria de Relações Institucionais da Presidência, mas ainda não obteve resposta.

"A ideia é fazer isso paralelamente, incentivando as empresas a aderirem ao parcelamento e, no caso de um novo Refis, mudarem de estratégia. As MPEs precisam desse desconto para terem uma queda real no quanto devem. É preciso um fôlego, e só o parcelamento não vai resolver", identifica o diretor.

Ontem, o presidente Michel Temer sancionou o Projeto de Lei Complementar (PLC) "Crescer sem Medo", no qual alonga o parcelamento de débitos de 60 para 120 meses. As regras entrarão em vigor após regulamentação do Comitê Gestor do Simples Nacional (CGSN), ligado à Receita.

Contudo, segundo dados da Receita Federal, 584.677 foram notificadas pelo fisco por dívidas em atraso. O número corresponde a cerca de 15% do total de optantes pelo Simples, e o total arrecadado pelo órgão federal alcançaria R\$ 21,3 bilhões caso todas as empresas quitassem suas dívidas. O prazo, porém, venceu na última quarta-feira, 30 dias após emissão do Ato Declaratório Executivo (ADE).

Para Pietrobon, grande parte das MPEs que não conseguiram quitar seus débitos no último mês, "provavelmente não o farão agora, mesmo com a ampliação do parcelamento".

Ele ainda ressalta que, mesmo com a sanção, a exclusão do programa como consequência, sem a aderência de um novo Refis, "aumentaria em um milhão" o número de desempregados no País a partir de janeiro de 2017.

"Muitas empresas poderão aderir ao parcelamento, mas não terão caixa para suportar. Para elas, a tendência é sair do Simples", afirma Pietrobon, destacando que vários negócios ainda tentarão manter sua atuação, mas "outras simplesmente não terão o suficiente para ficarem abertas".

"Se não está conseguindo pagar imposto nem no regime tributário simplificado, imagina fora dele. O resultado é demissões", complementa.

"A Receita permanecerá invicta a depender da força de arrecadação, mas o índice de emprego depende desses negócios, que retém a maioria dos empregos do mercado", reforçou Marcelo Seemann, membro do Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

As demais regras atualizadas pelo PLC também correspondem à elevação do valor de faturamento anual para inclusão no programa. Os limites foram de R\$ 360 mil para R\$ 900 mil no caso de microempresas; de R\$ 3,6 milhões para R\$ 4,8 milhões para

pequenas empresas e de R\$ 60 mil para R\$ 81 mil no caso de Microempreendedor Individual (MEI).

Além disso, o projeto sanciona a regulamentação dos investidores-anjo e a possibilidade de aderência ao Simples por parte do setor de bebidas. Essas demais alterações estão previstas apenas para 2018.

"O governo está no plano de recuperar o que foi perdido nesses últimos anos, e apresentar essas mudanças são boas formas de aquecer a economia", avalia Aluizio Monteiro, professor e coordenador do curso de ciências contábeis do Mackenzie do Rio de Janeiro.

Limbo

De acordo com Seemann, porém, no que diz respeito às MPEs já notificadas em setembro e que ainda não regularizaram sua situação, a esperança é de que o governo solte nova instrução normativa e reveja a situação dessas companhias.

"Duas questões precisam ser sanadas. A primeira, possibilitar a aderência dessas empresas ao parcelamento maior. A segunda, aprovar a união de todas as dívidas até a promulgação da lei, para serem parceladas de uma vez", comenta.

Para ele, isso será necessário para evitar a saída de "muitas empresas" que atualmente aderem ao Simples Nacional.

"A regulamentação, esperada para daqui 90 dias, é a cereja do bolo. Só com ela esses negócios sairão do limbo e terão a segurança para continuar no programa", completa. Execução

Segundo Adriano Gomes, sócio-diretor da Método Consultoria, no entanto, a probabilidade de a Receita promulgar novas normas para as devedoras, e ainda em situação irregular, "é muito baixa".

"A regra é de exclusão e, apesar da avalanche de empresas excluídas como consequência, é improvável que a Receita vá baixar a guarda e adiar a execução da lei", explica, e ressalta que isso daria um "cenário de folga" para quem não paga.

"É complexo de se resolver. A não ser por pressão política, é difícil o fisco ceder a uma nova renegociação", avalia.

Temer abre brecha para uma reforma trabalhista fatiada

28/10/2016 - DCI

O presidente sancionou ontem (27) projeto que desobriga salões de beleza de contratar colaboradores pela CLT, o que pode ser ampliado para outras áreas



O presidente Michel Temer abriu ontem brecha para uma espécie de reforma trabalhista fatiada - as mudanças na CLT eram previstas para o segundo semestre de 2017 -, ao sancionar a Lei do Salão-Parceiro.

A lei sancionada desobriga os salões de beleza a contratar colaboradores pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), o que pode ser ampliado para outros setores da economia.

"É o começo da reforma trabalhista", destacou o presidente da Frente Parlamentar da Micro e Pequena Empresa, Jorginho Mello (PR-SC), ao comemorar a sanção do projeto de lei, juntamente com o novo Supersimples, no Palácio do Planalto.

Atualmente existem cerca de 70 projetos em andamento no Congresso Nacional que promovem alterações na CLT. Entre eles a terceirização de todas as atividades das empresas; a prevalência do negociado sobre o legislado; e a redução do intervalo para almoço de 1 hora para 15 minutos. Também estão em estudos mudanças nas férias anuais e no pagamento de horas extras.

"A lei é uma revolução porque permite que uma pessoa ocupe o espaço para trabalhar sem representar um vínculo trabalhista e depois sofrer ação trabalhista", afirmou ao DCI o presidente da Frente Parlamentar. "Essa experiência pode ser ampliada para outras áreas", previu.

"Aí mora o perigo", rebateu o senador Paulo Paim (PT-RS), ao ser consultado pelo DCI como um dos parlamentares mais engajados na defesa dos direitos dos trabalhadores. "Depois vai surgir a oficina-parceira, a padaria-parceira e todas as áreas de serviços e do comércio, onde os trabalhadores contam hoje com carteira assinada".

O parlamentar petista afirmou, porém, que profissionais do setor de salão de beleza que atuam como microempreendedores individuais (MEI) defenderam a proposta durante audiência pública na Comissão de Direitos Humanos, que é presidida por ele. O senador disse que há projetos semelhantes entre as propostas que alteram a CLT e outras normas que tratam do direito dos trabalhadores.

"Temos muita preocupação com o chamado trabalho-hora, onde o trabalhador receberia pelas horas trabalhadas, com o negociado sobre o legislado e a terceirização. São apenas três projetos que eu destaco, mas o objetivo é debater a reforma trabalhista", disse.

Por sugestão de Paim, a Comissão de Direitos Humanos promoverá audiências sobre os direitos fundamentais (direitos sociais, de associação, políticos, etc.) previstos na Constituição, que completa 28 anos de promulgação. "Alguns dos direitos fundamentais estão em xeque e, por isso, é necessário que façamos esse debate", justificou o parlamentar.

Profissional-parceiro

A lei, sancionada ontem, cria as figuras do salão parceiro e do profissional parceiro, com a possibilidade de adotarem o regime especial de tributação previsto no Estatuto da Micro e Pequena Empresa (Lei Complementar 123/06). No caso do profissional parceiro, ele poderá atuar como microempreendedor individual (MEI).

No contrato, entre outras cláusulas, deverá constar o percentual de retenções que o salão fará a título de aluguel de móveis e utensílios para o desempenho das atividades e serviços de gestão e apoio. A parte do profissional será a título de "atividades de prestação de serviços de beleza".

O contrato terá ainda de prever que o salão parceiro será o responsável pelo recolhimento dos tributos a seu cargo e também pela retenção e recolhimento dos tributos e contribuições sociais e previdenciárias.

Para valer, o acordo precisa ser homologado pelo sindicato da categoria profissional ou, na ausência dele, pelo órgão local do Ministério do Trabalho e Emprego. A proposta dá segurança jurídica, como ressaltou Marta Suplicy (PMDB-SP), relatora da lei.

Siderúrgicas da AL pedem não reconhecimento da china como economia de mercado

28/10/2016 – Inda

As associações da indústria do aço da América Latina enviaram uma carta aos chefes de estado que estarão reunidos na XXV Cúpula Ibero-Americana de Chefes de Estado e de Governo, em Cartagena, na Colômbia, nos próximos dias 28 e 29, alertando para a crise enfrentada pelo setor e a cadeia de valor metal-mecânica.

As siderúrgicas destacam a preocupação com a concorrência desleal praticada pelas usinas chinesas e pedem que os governos da região não reconheçam o país asiático como economia de mercado em dezembro.

Os siderurgistas mencionam a perda de postos de trabalho, fechamento de empresas e perdas financeiras do setor, que consideram ser originária do enfrentamento da competição com a China, que responde por 50% da produção mundial de aço.

A carta menciona uma estrutura formada por empresas de propriedade do Estado, subsídios, capacidade produtiva muito superior à demanda doméstica, perdas financeiras crescentes e conduta comercial desleal, "que não se ajusta às regras internacionais de comércio" e "exporta desemprego".

O documento é resultado da reunião de players do setor na região como Ternium, Gerdau, CSN e ArcelorMittal nos últimos dois dias, no 57º Congresso da Associação Latinoamericana de Aço (Alacero), no Rio. O bombardeio à China e suas práticas consideradas anticoncorrenciais é um consenso. De 56 processos antidumping vigentes hoje na América Latina, 36 são de empresas contra a China.

A carta afirma que esta é uma realidade reconhecida a nível mundial, inclusive na Declaração de Líderes do G-20, que no início de setembro manifestou que os subsídios e a intervenção direta dos governos causam distorções no mercado, contribuindo para uma sobrecapacidade que causa efeitos negativos no comércio e para os trabalhadores.

Um Fórum Global foi proposto para solucionar o problema do excesso de capacidade de aço no mundo: 739 milhões de toneladas, sendo 453 milhões oriundas da China.

Diante disso, a indústria siderúrgica latino-americana faz uma declaração aos chefes de Estado, afirmando que: a China não respeita as regras internacionais de comércio no setor do aço; suas práticas de comércio desleal foram penalizadas por mais de 280 medidas antidumping aplicadas por países membros da OMC; as estatais chinesas devem atuar sob critérios comerciais e de mercado equivalentes às empresas latinoamericanas; as siderúrgicas chinesas recebem múltiplos subsídios e apoios financeiros ilimitados.

Também afirmam que as exportações de produtos chineses com alto conteúdo de aço estão afetando a indústria metal-mecânica da região e que as empresas da cadeia não podem competir contra o governo chinês "porque a China não é uma economia de mercado".

O grupo faz um chamado para que seus governos defendam a indústria local das práticas de comércio desleais, garantindo isonomia competitiva frente à China e reforçando os instrumentos de defesa comercial para adequá-los às novas realidades comerciais. Isso implica ter uma estratégia comum e integral frente à China, garantir

uma operação aduaneira eficiente e efetiva e aplicar a diplomacia comercial para conseguir que a China, de forma transparente, mostre seus custos reais de produção e reduza sua capacidade de forma significativa e real.

O pedido se refere ainda mais explicitamente à defesa de pequenas e médias empresas da cadeia metal-mecânica, geradoras de emprego intensivo. O déficit, diz a carta, afeta a cerca de 4 milhões de trabalhadores e suas famílias.

"Na defesa do emprego latino-americano solicitamos aos nossos governos não conceder à China o reconhecimento de economia de mercado", pedem as nove entidades que assinam o documento.

Além do Alacero, fazem parte do grupo o Instituto Aço Brasil, Alacero Chile, Câmara Argentina do Aço, Câmara Fedemetal, Comitê Colombiano de Productores de Acero de La ANDI, Canacero, Sociedad Nacional de Industrias Comité Metalmeccanico e Asociación Dominicana del Acero.

Participam da Cúpula Ibero-Americana 2016 22 países: Andorra, Argentina, Bolívia, Brasil, Colômbia, Costa Rica, Cuba, Chile, República Dominicana, Equador, El Salvador, Espanha, Guatemala, Honduras, México, Nicarágua, Panamá, Paraguai, Peru, Portugal, Uruguai e Venezuela.

Vallourec investe até R\$ 200 milhões na usina de Jeceaba

28/10/2016 – Inda

O grupo Vallourec está investindo de R\$ 150 milhões a R\$ 200 milhões no "enobrecimento" de tubos fabricados na plataforma de Jeceaba (Campos das Vertentes), para começar a exportar para a Europa, a partir da metade do próximo ano. Os aportes foram iniciados há dois anos e a conclusão está prevista para meados de 2017.

As informações foram dadas ontem pelo vice-presidente sênior do conglomerado na América do Sul, Alexandre de Campos Lyra, durante o 57º Congresso Latino Americano do Aço (Alacero-57), no Rio de Janeiro.

"Estamos concluindo alguns investimentos feitos ao longo dos últimos dois anos para permitir que o portfólio de produtos seja enobrecido. Concluiremos os aportes até meados de 2017 e, paralelamente, também estamos nos preparando para abastecer as plantas da própria Vallourec na Europa ou para vender diretamente para o cliente final", explicou Lyra.

Entre os clientes diretos, Lyra citou a petroleira italiana Ente Nazionale Idrocarburi (ENI), cotada nas bolsas de Milão e de Nova York, e a francesa Total, também do setor petroquímico. "Tem produtos que exportaremos semiacabados para finalizar em subsidiárias do grupo na Europa e outros já acabados que podemos vender direto para o cliente final", acrescentou.

Segundo ele, o enobrecimento dos produtos faz parte da estratégia de fabricar tubos com maior sofisticação técnica, com grande resistência a altas pressões e temperaturas. "Temos que qualificar o produto nas subsidiárias da própria Vallourec na Europa e o cliente também tem que qualificar a nova rota comercial", afirmou.

O complexo siderúrgico da Vallourec em Jeceaba foi inaugurado em setembro de 2011 mediante aporte de R\$ 5 bilhões. A produção é voltada para as exportações, que até agora eram direcionadas praticamente em sua totalidade apenas para o Oriente Médio.

O grupo tem uma subsidiária na Arábia Saudita, mas não fabrica aço, muito menos lamina tubos, concentrando as atividades no acabamento do produto (tratamento térmico e rosqueamento).

Europa - Os embarques para a Europa se tornaram viáveis a partir da planta mineira porque o grupo está reestruturando unidades industriais no continente. Em fevereiro, a Vallourec anunciou ao mercado um pacote de ações estratégicas com o objetivo de melhorar a competitividade.

Entre as mudanças anunciadas estava a racionalização das operações na Europa a fim de concentrar as atividades de laminação na Alemanha e de acabamento na França. O projeto inclui o fechamento de unidades ao redor do continente, o que resultará em uma redução de 50% na capacidade produtiva de tubos em 2017, comparado ao nível de 2014.

As ações anunciadas em fevereiro também incluíam uma série de mudanças nas unidades do grupo em Minas Gerais. Uma delas foi o desligamento do alto-forno 2 da Usina Barreiro, em Belo Horizonte. Também está previsto o abafamento do alto-forno 1 e da aciaria no segundo semestre de 2018. Os laminadores e as plantas de acabamento de tubos na Capital continuarão operando normalmente.

Vale tem lucro de R\$1,84 bi com alta no preço do minério de ferro

28/10/2016 - Inda

A mineradora Vale, maior produtora global de minério de ferro, relatou nesta quinta-feira lucro líquido de 1,842 bilhão de reais no terceiro trimestre, com maiores volumes vendidos e preços mais altos do seu principal produto.

A companhia reverteu prejuízo de 6,663 bilhões de reais registrado no mesmo período do ano passado, quando a variação cambial havia afetado os resultados.

"Foi um resultado limpo, excelente desempenho operacional e boa geração de caixa... Nenhum impacto de variação cambial, nenhum reconhecimento de provisões ou efeitos extraordinários", disse o diretor-executivo de Finanças e Relações com Investidores da Vale, Luciano Siani, em vídeo.

O resultado líquido, no entanto, caiu 48,6 por cento na comparação com o segundo trimestre, com a mineradora atribuindo essa queda principalmente a variações cambiais, de acordo com relatório da empresa.

O lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização (Ebitda, na sigla em inglês) ajustado da companhia brasileira somou 9,829 bilhões de reais no terceiro trimestre, ante 6,816 bilhões de reais no mesmo período do ano passado.

Segundo Siani, o crescimento do Ebitda ocorreu não somente por preços ligeiramente melhores, mas também "pela redução de custos muito expressiva".

"Para vocês terem uma ideia, apesar de o dólar cotado em reais ter evoluído na média de 3,51 (reais) para 3,25 (reais), o custo da Vale de produção de minério de ferro colocado no porto em dólares caiu de 13,2 dólares para 13 dólares", disse ele.

"Ou seja, se esperaria uma alta, em função da apreciação do real, mas o que ocorreu foi o contrário, uma queda, porque em reais o custo diminuiu ainda mais, compensando a apreciação do real, foi o resultado muito expressivo."

Os custos e despesas totais somaram 5,264 bilhões de dólares no terceiro trimestre, ficando praticamente estável em relação ao segundo trimestre. No mesmo período do

ano passado, a mineradora registrou um valor maior nesse indicador, de 5,671 bilhões de dólares.

O esforço da empresa para reduzir custos em minério de ferro foi ressaltado pela corretora Bernstein, em relatório. "Isso ajudou a trazer outro forte Ebitda versus a estimativa do Bernstein e do consenso."

ALTA DO MINÉRIO

Siani ressaltou ainda recordes de produção da mina de minério de ferro de Carajás, de carvão na mina de Moatize e na produção de ouro.

A receita líquida totalizou 23,772 bilhões de reais no terceiro trimestre, alta de 2 por cento ante o mesmo período do ano passado.

O volume de vendas de minério de ferro (finos) somou 74,231 milhões de toneladas no terceiro trimestre, ante 70,53 milhões de toneladas no mesmo período do ano passado.

A companhia ainda registrou aumento no preço realizado de finos de minério de ferro (CFR/FOB) para 50,95 dólares por tonelada, ante 46,48 dólares no mesmo período do ano passado, com o mercado apontando para um cenário menos pessimista do que no início de 2016 -o setor tem sido pressionado pelo aumento de capacidade de produção das grandes companhias.

Com a redução de custos e melhora no resultado operacional, a Vale afirmou que conseguiu reduzir o endividamento.

A dívida líquida caiu 1,543 bilhão de dólares na comparação com o segundo trimestre, para 25,965 bilhões de dólares, mas ainda está acima dos 24,213 bilhões de dólares registrados no mesmo período do ano passado. A alavancagem ficou em 3,6 vezes, o mesmo nível registrado no terceiro trimestre do ano passado.

A empresa informou ainda que os investimentos totalizaram 1,257 bilhão de dólares no terceiro trimestre, representando uma redução de 111 milhões de dólares em comparação com o segundo trimestre.

Os investimentos na execução de projetos totalizaram 741 milhões de dólares, dos quais 530 milhões de dólares foram relacionados ao projeto S11D, que tem a primeira venda comercial de minério de ferro planejada para o primeiro trimestre de 2017.

Usinas veem retomada no consumo de aço em 2017

28/10/2016 - Inda

Dois grandes produtores de aço no Brasil - o grupo Gerdau e a ArcelorMittal - estão confiantes na retomada do crescimento da economia brasileira em 2017 e, como consequência, em uma recuperação nos níveis de consumo de aço no mercado doméstico. "Há uma reversão das expectativas econômicas", disse ontem Benjamin Baptista Filho, presidente da Arcelor Mittal Aços Planos para a América do Sul.

André Gerdau Johannpeter, presidente da Gerdau, foi na mesma direção: "O curto prazo ainda será difícil, mas a médio prazo, em um ano, veremos retomada e crescimento no Brasil."

Os dois executivos participaram ontem do encerramento do Congresso Latino-Americano de Aço, organizado pela Associação Latino-Americana do Aço (Alacero), no Rio. Baptista disse ter visão "relativamente otimista" em relação à recuperação da economia. Prevê crescimento de 1,5% no Produto Interno Bruto (PIB) em 2017. "Se

as reformas em pauta no governo forem feitas, talvez consigamos crescer mais rápido a partir de 2018." O consumo de aço tem relação direta com o desempenho do PIB.

Baptista avaliou que a perspectiva de crescimento de 3,8% no consumo aparente de aço no Brasil, em 2017, não é expressivo, mas indica um caminho. "Pelo menos parou de cair." O Alacero mostra que em 2016 o consumo de aço no Brasil deve cair algo como 14,4% sobre 2015.

Mesmo nesse cenário, Baptista disse que a ArcelorMittal Tubarão, produtora de aços planos em Serra (ES), vem trabalhando a plena capacidade. A forma que a empresa encontrou de manter alta a taxa de ocupação foi a exportação. "Este ano devemos exportar 65% da produção", disse Baptista.

Segundo ele, a planta de Tubarão opera a plena capacidade desde 2015 e vem trabalhando com ganhos de eficiência e redução de custos, o que a torna competitiva para exportar mesmo com a valorização do real. A unidade opera com um volume de 7 milhões de toneladas de aço bruto por ano.

Baptista também mostrou otimismo em relação aos potenciais efeitos do Programa de Parcerias de Investimentos (PPI). Disse que ainda há muita coisa a ser discutida, incluindo marco regulatório e fontes de financiamento. Mas salientou que, se esses pontos ficarem claros e for criada uma base de confiança, o programa tem potencial de alavancar investimentos em infraestrutura, o que beneficiará a construção civil e a siderurgia, a começar pelos aços longos.

André Gerdau destacou a aprovação da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 241, que coloca um teto para os gastos da União por 20 anos. Disse que a medida será importante para o equilíbrio das contas públicas. "O governo está conseguindo aprovar medidas importantes", disse o empresário.

Para Gerdau, os próximos seis a oito meses ainda serão difíceis para a economia brasileira, mas disse confiar que a médio prazo, dentro de um ano, será possível ver uma retomada no crescimento em função das medidas que estão sendo tomadas pelo novo governo, como as reformas e as concessões na área de infraestrutura.

Citou as previsões de que a economia brasileira possa crescer entre 1,3% a 1,5% no ano que vem, o que levará à expansão no consumo de aço. "Qualquer número será melhor do que as quedas que tivemos nos últimos anos", afirmou. E completou: "A confiança mudou, mas ainda não se vê na prática.